



Instituto Federal Catarinense  
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica  
*Campus Blumenau*

**RAFAELA ZORZETTO DE CAMARGO**

**QUEM SOMOS: PERCEPÇÕES DOS COMUNICADORES DO INSTITUTO  
FEDERAL CATARINENSE SOBRE A IDENTIDADE ORGANIZACIONAL  
DA INSTITUIÇÃO.**

Blumenau

2023

**RAFAELA ZORZETTO DE CAMARGO**

**QUEM SOMOS: PERCEPÇÕES DOS COMUNICADORES DO INSTITUTO  
FEDERAL CATARINENSE SOBRE A IDENTIDADE ORGANIZACIONAL  
DA INSTITUIÇÃO.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Blumenau para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.<sup>ª</sup>. Denise Fernandes,  
Doutora

Blumenau

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA DISSERTAÇÃO

C173q Camargo, Rafaela Zorzetto de.  
Quem somos: percepções dos comunicadores do Instituto Federal Catarinense sobre a identidade organizacional da instituição / Rafaela Zorzetto de Camargo; orientadora Denise Fernandes. -- Blumenau, 2023.  
64 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT), Blumenau, 2023.

Inclui referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 3. Identidade Organizacional. 4. Comunicação. I. Fernandes, Denise. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título

CDD: 373.246

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Shyrlei K. Jagielski Benkendorf - CRB 14/662



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
BLUMENAU - C.C.P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 15858/2023 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.002144/2023-34

Blumenau-SC, 29 de setembro de 2023.

**RAFAELA ZORZETTO DE CAMARGO**

**QUEM SOMOS: PERCEPÇÕES DOS COMUNICADORES DO INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE SOBRE A IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA INSTITUIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 22 de setembro de 2023

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profª. Drª. Denise Fernandes  
Instituto Federal Catarinense  
Orientadora

---

Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra

Instituto Federal Catarinense  
Documento assinado digitalmente  
**gov.br** INGE RENATE FROSE SUHR  
Data: 03/10/2023 15:10:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profª. Drª. Inge Renate Frose Suhr

*(Assinado digitalmente em 30/09/2023 15:46)*  
DENISE FERNANDES  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CGE/RDSUL (11.01.05.11)  
Matricula: ###774#2

*(Assinado digitalmente em 29/09/2023 17:15)*  
JORGE DA CUNHA DUTRA  
DIRETOR DE DEPARTAMENTO  
DEPE/BLU (11.01.09.01.03)  
Matricula: ###691#9

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **15858**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **29/09/2023** e o código de verificação: **b9a01e3c0f**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
BLUMENAU - C.C.P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 15859/2023 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.002145/2023-89

Blumenau-SC, 29 de setembro de 2023.

**RAFAELA ZORZETTO DE CAMARGO**

**MAS AFINAL, O QUE É UM INSTITUTO FEDERAL?**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 22 de setembro de 2023

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profª. Drª. Denise Fernandes


Instituto Federal Catarinense

Orientadora

---

Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra

Instituto Federal Catarinense

Documento assinado digitalmente  
 INGE RENATE FROSE SUHR  
Data: 03/10/2023 15:10:55-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Profª. Drª. Inge Renate Frose Suhr

*(Assinado digitalmente em 30/09/2023 15:46)*  
DENISE FERNANDES  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO  
CGE/RDSUL (11.01.05.11)  
Matricula: ###774#2

*(Assinado digitalmente em 29/09/2023 17:15)*  
JORGE DA CUNHA DUTRA  
DIRETOR DE DEPARTAMENTO  
DEPE/BLU (11.01.09.01.03)  
Matricula: ###691#9

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **15859**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **29/09/2023** e o código de verificação: **9dadf30216**

Para Melissa, o girassol da minha existência.  
Para Pedro, meu companheiro querido de jornada.  
Para Valdir e Irma, minhas inspirações de vida.  
Para Jussiele, minha melhor torcida.  
Para Rafaela, por sempre acreditar.

“A vida é uma história  
de fracassos que deram certo  
e de certezas que fracassaram.”  
(William Mac-Cormick Maron, 2023)

## RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), inserida na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. O estudo teve como objetivo compreender quais as percepções que os comunicadores do Instituto Federal Catarinense têm sobre a identidade organizacional da instituição. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza translacional, que se utilizou de entrevista semiestruturada com representantes dos setores de comunicação da instituição, além de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa contribuiu para o desenvolvimento do produto educacional em formato de audiovisual, intitulado “Mas afinal, o que é um Instituto Federal?”. Os resultados demonstram que os comunicadores conhecem, de maneira geral, as concepções que orientam a criação dos institutos federais e que percebem o IFC como uma instituição voltada para a formação humana integral, com vistas à preparação para o mundo do trabalho, entretanto, esses conceitos ainda não são amplamente utilizados na divulgação da instituição. Em relação ao produto educacional, constatou-se que ele pode contribuir para a compreensão sobre os principais pontos que compõem o percurso da educação profissional e educação profissional tecnológica, além de auxiliar os comunicadores no reconhecimento dos princípios e concepções que orientam os Institutos Federais.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. Comunicação. Identidade Organizacional.



## **ABSTRACT**

The present research was developed within the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), inserted in the research line "Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (PTE)." The study aimed to understand the perceptions that communicators at the Instituto Federal Catarinense have regarding the organizational identity of the institution. It is a qualitative research of a translational nature that utilized semi-structured interviews with representatives from the institution's communication departments, as well as documentary and bibliographic research. The research contributed to the development of an educational product in audiovisual format titled "So, What Is a Federal Institute, After All?" The results demonstrate that communicators have a general understanding of the concepts guiding the creation of federal institutes and perceive the IFC as an institution focused on comprehensive human development, aiming at preparing individuals for the world of work. However, these concepts are not yet widely employed in the institution's promotional activities. Regarding the educational product, it was found that it could contribute to understanding the main points that constitute the path of professional and technological education, as well as assist communicators in recognizing the principles and concepts guiding the Federal Institutes.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Federal Institutes. Communication. Organizational Identity.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CECOM - Coordenação-Geral de Comunicação

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IFs - Institutos Federais

IFC - Instituto Federal Catarinense

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Breve histórico da educação profissional e da educação profissional e tecnológica	17
2.2 Comunicação e identidade organizacional	22
3 METODOLOGIA	29
3.1 Caminho metodológico e análise de dados	29
3.2 Elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
4.1 A razão de existir do IFC	33
4.2 Características da educação profissional que se mantiveram ao longo do tempo	35
4.3 Particularidades que diferenciam o IFC de outras instituições	40
4.4 Produto Educacional - Audiovisual “Mas afinal, o que é um Instituto Federal?”	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – ROTEIRO DO PRODUTO EDUCACIONAL	55
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COMUNICADORES	60
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	62
APÊNDICE D – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO	63

## APRESENTAÇÃO

O presente texto é fruto da pesquisa intitulada “Quem somos: percepções dos comunicadores do Instituto Federal Catarinense sobre a identidade organizacional da instituição”. O estudo foi desenvolvido durante o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado no polo do Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Blumenau, e se insere na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, conduzida na perspectiva do seu macroprojeto 4: “História e memórias no contexto da EPT”.

A escolha pelo tema se deu perante a inquietação da pesquisadora durante o percurso criativo percorrido para a concepção de materiais de comunicação, sendo esta servidora pública do Instituto Federal Catarinense (IFC), ocupante do cargo de publicitária, na Coordenação-Geral de Comunicação (Cecom), com lotação na reitoria da instituição.

A partir da percepção advinda de reuniões com outros comunicadores, observou-se que as discussões sobre melhorias nos processos de comunicação, no sentido de promover uma divulgação mais assertiva da instituição, quase sempre perpassam por treinamentos que contemplam o melhor uso de ferramentas de comunicação, entretanto, pouco se fala sobre os princípios e concepções que orientam o IFC. Desse modo, surgiu a curiosidade em saber como a instituição é percebida pelos comunicadores da instituição, responsáveis pela divulgação institucional.

Isso posto, esta pesquisa buscou investigar quais são as percepções dos comunicadores do IFC sobre a identidade organizacional da instituição. Para tanto, o estudo foi desenvolvido com alguns servidores responsáveis pelos setores de comunicação do IFC no período de 2016 a 2022. Durante o desenvolvimento da pesquisa o produto educacional começou a ser desenhado, materializado posteriormente como um audiovisual, com o título “Mas afinal, o que é um Instituto Federal?”. O produto caracteriza-se como um “material didático” que aborda brevemente a história da educação profissional e educação profissional e tecnológica, assim como propõe o reconhecimento dos princípios e concepções que orientam os institutos federais.

A estrutura do artigo encontra-se organizada em cinco seções: 1) introdução, em que são apresentados os objetivos e as considerações iniciais a respeito da pesquisa; 2) referencial teórico, dividido em duas subseções, quais sejam: “Breve histórico da educação profissional e educação profissional e tecnológica” e “Comunicação e Identidade Organizacional”; 3) metodologia, a qual traz a estrutura utilizada para a pesquisa; 4) análise e discussão dos dados,

que aborda as três categorias construídas a partir da bibliografia e das entrevistas, intituladas: “A razão de existir do IFC”, “Características da educação profissional que se mantiveram ao longo do tempo” e “Particularidades que diferenciam o IFC de outras instituições”, além de contemplar também a aplicação e avaliação do produto educacional; 5) são apresentadas as considerações finais. Ao final do artigo foi inserido, como apêndice, o roteiro do produto educacional desenvolvido, o roteiro das entrevistas, o questionário de avaliação do produto educacional e o Termo de Livre Consentimento.

## 1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais ou IFs) têm origem em uma inédita política educacional pública, com uma institucionalidade absolutamente nova, uma vez que não são definidos nem como universidade nem como escola técnica. Estruturados com base nos vários modelos educacionais existentes, a partir da capacidade e experiência dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), das escolas técnicas e agrotécnicas federais e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais (BRASIL, 2023), são considerados originais na medida em que sua estrutura educacional é única.

Especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos diferentes níveis e modalidades de ensino, os Institutos Federais oferecem diversos tipos de cursos, quais sejam: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado, e pós-graduação - *lato e stricto sensu*.

Dentre o conjunto de profissionais que atuam nessas instituições, existem aqueles que têm como função específica dos cargos promover a comunicação entre a instituição e seus públicos, atuando no planejamento e execução da comunicação organizacional.

De acordo com Brandão (2012, p. 01) a principal característica da comunicação organizacional é “tratar a comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos e construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas.”

No caso de instituições públicas, trata-se de comunicar aos cidadãos a oferta dos serviços públicos e os mecanismos para que tenham acesso a eles, com ações estabelecidas e alinhadas com os valores e propósitos da organização. (CEZAR, 2019).

Um dos principais propósitos dos Institutos Federais, conforme enuncia Pacheco (2015), é a busca da superação da dualidade estrutural entre ensino profissionalizante e ensino acadêmico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Dentre as diversas singularidades desta inovadora proposta de instituição, pode-se citar como uma das principais, o compromisso com a formação humana integral em todos os níveis e modalidades, visto que “a educação integral não é um método, mas uma concepção.” (PACHECO, 2020).

Dessa maneira, os Institutos Federais devem priorizar a busca por uma formação profissional mais abrangente e flexível, com mais compreensão no que se refere ao mundo do

trabalho e menos ênfase na simples formação para ofícios, abstendo-se do conhecimento exclusivamente enciclopédico e intencionando a construção de conhecimento a partir do desenvolvimento do pensamento analítico. (ESCOTT, 2020).

Apesar de terem completado uma década de existência, os IFs ainda almejam a consolidação de seu papel junto à sociedade por meio do fortalecimento do que vem a ser a instituição na sua essência, em busca de uma identidade para além da definição meramente legal. (PACHECO, 2015).

Isto posto, a fim de contribuir com as discussões sobre esse tema, essa pesquisa teve como objetivo geral compreender quais são as percepções que os comunicadores do Instituto Federal Catarinense têm sobre a identidade organizacional da instituição. Dos objetivos específicos, destacam-se os seguintes: estabelecer, a partir de documentos institucionais basilares, quais são os principais atributos que fundamentam a identidade organizacional dos Institutos Federais e do Instituto Federal Catarinense; mapear o entendimento dos comunicadores do IFC sobre a concepção de EPT que orienta os Institutos Federais; investigar os pontos de vista que os comunicadores detêm sobre o ambiente escolar; elaborar e aplicar um material em audiovisual que auxilie os comunicadores no entendimento das características que perpassam a identidade organizacional dos Institutos Federais.

Para este estudo, a busca pelos principais atributos que constituem a identidade do IFC aconteceu em dois momentos: através da análise de textos selecionados da legislação que orientam a criação dos IFs e de textos de documentos basilares do IFC; e por meio de entrevistas semiestruturadas, em busca da compreensão dos entendimentos que os comunicadores têm sobre as concepções que orientam o IFC e as percepções que detêm sobre a identidade organizacional que permeia a instituição.

A partir dos materiais coletados, os dados foram analisados com base no método de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (2010). A intenção foi verificar as percepções dos comunicadores, explicitadas por meio das respostas na entrevista, em relação aos atributos identificados nos textos oficiais pesquisados.

Como produto educacional foi proposto um material audiovisual, narrando os principais acontecimentos históricos que permeiam a história da EPT e os princípios e concepções que orientam os Institutos Federais.

Este estudo está inserido na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e foi conduzido na perspectiva do macroprojeto 4, que diz respeito à história e memórias no contexto da EPT.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Breve histórico da educação profissional e da educação profissional e tecnológica

Entender a trajetória da Educação Profissional no Brasil pode auxiliar na compreensão de “quem somos” enquanto instituição que oferta educação profissional e tecnológica. Para tanto, compreender os principais acontecimentos históricos que se relacionam com essa modalidade de ensino é substancial para elaboração do que perpassa a constituição dos Institutos Federais.

No cenário brasileiro, a formação para o trabalho teve início no período da colonização do país. De acordo com Vieira, Souza Jr. (2016), os primeiros aprendizes foram os indígenas e os escravizados. Para os filhos dos colonos, que faziam parte da elite da época, a educação lecionada era a propedêutica, visando à continuidade dos estudos e consequente formação de futuros dirigentes.

Em 1809, com a chegada da família real portuguesa, foi criado o Colégio das Fábricas. Conforme assinala Moura (2007), esse acontecimento marcou o início da educação profissional no Brasil. Ao longo do século XIX, outras instituições eminentemente privadas foram surgindo, como a Escola de Belas Artes (1816), o Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos (1854) e o Instituto Comercial do Rio de Janeiro (1861). Ainda no século XIX, em 1858, surgiram os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, Maceió e Ouro Preto. (MOURA, 2007).

Em comum, estas instituições tinham o caráter assistencialista, destinadas ao atendimento de crianças pobres e órfãs, com o intuito de amparar os meninos “desvalidos da sorte”, de maneira que não representassem risco nenhum para a sociedade. Aliado a isso, a intenção era igualmente formar trabalhadores para suprir mão de obra dos setores da economia que estavam em pleno desenvolvimento, com propostas direcionadas para o ensino de ofícios como sapataria, carpintaria, etc. (MOURA, 2007).

Em 1909, o então presidente Nilo Peçanha criou as primeiras Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino industrial, instituições estas consideradas precursoras das escolas técnicas federais e estaduais. Naquele período, o país vivia o aumento da urbanização e industrialização, o que ocasionou maior demanda pela mão de obra qualificada. (MOURA, 2007).

A partir do processo de industrialização desencadeado na década de 1930, teve início um período de significativa expansão, marcado por uma política de criação de novas escolas



industriais e introdução de novas especializações nas escolas já existentes, uma vez que a educação popular passou a ser considerada um importante instrumento para o projeto de nação brasileira. (VIEIRA; SOUZA JR., 2016).

Conforme relata Schenkel (2012, p. 119-120) “os processos educacionais, em especial os de caráter profissionalizante, passam a ter como objetivo a formação de auxiliares e técnicos capacitados para lidar com as novas demandas de trabalho qualificado”.

Em 1942 entrou em vigor a Reforma Capanema, trazendo as Leis Orgânicas da Educação Nacional, com o intuito de adequar os rumos da educação ao contexto político, econômico e social, bem como o atendimento dos interesses econômicos da época. (SCHENKEL, 2012)

Também em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, seguido do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, em 1946, bem como dos demais “S” nos períodos seguintes, evidenciando a opção governamental daquele período pelo sistema de controle privado da educação profissional. (MOURA, 2007).

O chamado Sistema S visava atender às demandas oriundas da divisão social e técnica do trabalho, organizado sob a lógica do paradigma taylorista-fordista, de maneira que cada trabalhador fosse especialista na realização de apenas uma tarefa, fragmentando o processo e separando o trabalhador do produto de seu trabalho. A partir dessa lógica, o caráter dualista da educação foi novamente reafirmado, com a perspectiva do ensino secundário e normal destinado à formação das elites enquanto o ensino profissional seguia treinando adequadamente os filhos de operários para os ofícios. (MOURA, 2007).

Em 1961 foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB (Lei nº 4.024/1961), estabelecendo a plena equivalência entre os cursos propedêuticos e profissionais, habilitando os dois tipos de ensino para prosseguimento dos estudos em nível superior, sem a necessidade de uma prova complementar. A partir disso, mesmo que em termos formais, pode-se dizer que foi superada a dualidade entre ensino para as “elites” e ensino para os “desvalidos da sorte”. (SCHENKEL, 2012).

Com o golpe civil militar de 1964, a educação profissional brasileira passou por novas modificações por meio da Lei n.º 5.692/71, que alterou o ensino do primeiro e segundo grau e instituiu o segundo grau profissionalizante obrigatório, inclusive em escolas que não tinham condições físicas de ofertá-lo. O objetivo de tal medida era aplacar a enorme demanda pelo ensino superior que vigorava no Brasil, além de garantir a terminalidade do ensino intermediário e aumentar a oferta de mão de obra qualificada. Dessa forma, foi possível capacitar técnicos de nível médio com formação técnica profissionalizante, em atendimento à

crecente industrialização subalterna que era implantada no país, caracterizada historicamente como o milagre brasileiro. (SCHENKEL, 2012).

De acordo com o governo da época, essa formação garantia a inserção no mercado de trabalho, num cenário cujo crescente desenvolvimento industrial era marcado pela intensificação da internacionalização do capital. A profissionalização obrigatória no ensino do segundo grau, entretanto, só abarcou os sistemas de ensino estaduais e federal, visto que, nas escolas privadas, o ensino continuou caracterizado como propedêutico, com currículos voltados para o ensino das ciências, letras e artes. (ESCOTT, 2020).

No entanto, a intenção de tornar o ensino profissionalizante obrigatório não se concretizou, flexibilizado pela Lei 7.046/1982, que restabeleceu a modalidade de educação geral.

Em 1996, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), de maneira que, nesse processo de elaboração da nova Lei, ressurgiu o conflito do dualismo. Conforme projeto apresentado pelo Deputado Federal Otávio Elísio, a intenção era uma formação profissional *lato sensu* integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico tecnológicos. Nessa proposta, que teve seu texto modificado, o papel do ensino médio estaria orientado no sentido de explicitar como a ciência se converte em potência material no processo produtivo. (MOURA, 2007).

De acordo com Moura (2007, p. 15) “a educação escolar, particularmente o ensino médio, deveria propiciar aos estudantes a possibilidade de (re)construção dos princípios científicos gerais sobre os quais se fundamentam a multiplicidade de processos e técnicas que dão base aos sistemas de produção em cada momento histórico”.

Essa perspectiva, entretanto, foi se perdendo gradualmente, de maneira que o texto que o Congresso nacional aprovou, em 1996, consolidou, mais uma vez, a dualidade entre ensino médio e a educação profissional. Conforme a nova LDB, a educação brasileira foi estruturada em dois níveis: educação básica e educação superior. A educação profissional foi abordada como modalidade, perpassando os dois níveis. (MOURA, 2007).

Nesse período também foi estabelecido o Decreto nº 2.208/97, cujo objetivo era organizar a educação profissional paralelamente ao sistema regular de ensino, inclusive na rede federal. A partir deste Decreto, o ensino médio retomou legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, separados obrigatoriamente do ensino médio, foram oferecidos de duas formas: concomitante e subsequente. (MOURA, 2007).

Em consonância a este Decreto, o governo federal também negociou um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar uma reforma, tendo

como base o projeto de privatização do estado brasileiro, em atendimento à política neoliberal. Nesse sentido, a LDB de 1996 ratificou e potencializou o espaço educacional como terreno propício para o desenvolvimento da economia de mercado, em conjunto com o Decreto nº 2.208/97 que, tendo definido três níveis para a Educação Profissional: básico, técnico e tecnológico, apresentava, neste último, carga horária mínima significativamente menor que as demais carreiras da educação superior. (MOURA, 2007).

Conforme afirma Moura (2007), durante esse período existiu também uma proliferação na expansão da oferta de cursos superiores de tecnologia na iniciativa privada, muitos ofertados sem controle algum em relação à qualidade de ensino, contribuindo para o fortalecimento do mercado educacional.

No ano de 2003 iniciou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurando um tempo de expansão da Educação Profissional no cenário brasileiro. Durante esse período, existiu grande efervescência nos debates envolvendo o ensino médio e a educação profissional. As discussões sobre a necessidade de uma educação unitária e universal, destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica, foram retomadas, num cenário onde a escolha pela educação profissional só deveria vir a partir dos 18 anos ou mais. (MOURA, 2007).

Considerando a realidade brasileira, entretanto, a ideia não encontrou base material concreta de sustentação, uma vez que esses jovens, dada a situação econômica, não poderiam esperar até aos 20 anos ou mais para iniciar a trabalhar. A alternativa encontrada foi uma solução transitória, um ensino médio que garantisse a integralidade da educação básica aliada à formação profissional, numa perspectiva de integração entre ciência, tecnologia, cultura e trabalho. A partir disso, teve origem o Decreto nº 5.154/04, que revogou o Decreto nº 2.208/97, mantendo, contudo, os cursos técnicos concomitantes e subsequentes. Esse novo dispositivo possibilitou integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio. (MOURA, 2007).

De acordo com Frigotto, Ciavatta, Ramos (2012, p. 43):

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.

Assim, as discussões sobre a elaboração e implementação de novas políticas públicas para a educação profissional foram alicerçadas num projeto estratégico de construção de cidadania, visando a inserção dos jovens e trabalhadores na sociedade, superando a ideia de educação profissional enquanto mero treinamento para atendimento das demandas do mercado, objetivando um projeto educacional alicerçado no comprometimento com o trabalho enquanto princípio educativo. (ESCOTT, 2020).

Conforme preconiza Escott (2020, p. 09):

A proposta de educação profissional e tecnológica foi concebida como um processo de construção social que, simultaneamente, qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas e ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, considerado nas relações sócio-históricas e culturais de poder. Nesse novo projeto, a educação, portanto, fica definida como um mediador que relaciona os processos de construção do conhecimento com a estrutura material da sociedade, com a intencionalidade de superar o erro historicamente dado de transformar a educação em mercadoria e de considerar a educação profissional e tecnológica como adestramento ou treinamento.

Surgiram assim, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, representando a materialização de uma nova política pública.

Conforme enuncia Pacheco (2015), esse novo modelo de instituição tinha (e tem) o intuito de romper com a reprodução de antigas propostas, assumindo a inovação a partir da relação entre o ensino técnico e o ensino científico, numa articulação entre trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

De acordo com os documentos basilares, a proposta pedagógica intenciona a construção de conhecimento a partir do desenvolvimento do pensamento analítico, em busca de uma formação profissional com menos ênfase na formação para ofícios e mais compreensão do mundo do trabalho. Uma busca pelo rompimento da dicotomia entre educação básica e técnica, pleiteando a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões da vida humana, consideradas a partir dos eixos indissociáveis do ensino, da pesquisa e da extensão, privilegiando o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual dos estudantes. (ESCOTT, 2020).

Diante dessa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem seria orientado pelos interesses do mercado, mas sim, conforme enunciam Frigotto, Ciavatta, Ramos (2012, p. 36) “constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral.”

A ideia de formação integral pressupõe abandonar o conceito de ser humano fragmentado historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Enquanto formação humana, entende-se como direito de todos uma formação completa que propicie a leitura do mundo e que contribua para sua atuação como cidadão, integrado dignamente à sua sociedade política. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

## **2.2 Comunicação e Identidade Organizacional**

Para dar continuidade ao estudo que tem como intuito compreender quais são as percepções que os comunicadores do IFC têm sobre a identidade organizacional da instituição, essa seção abordará conceitos de comunicação que se interligam e se retroalimentam, tais como identidade, cultura, imagem e reputação.

Tendo como premissa a ideia de que, sem comunicação, as organizações não existiriam, Kunsch (2008) argumenta que é indispensável que a comunicação seja percebida como parte inerente à natureza das organizações, uma vez que elas “são formadas por pessoas que se comunicam entre si e que, por meio de processos interativos, viabilizam o sistema funcional para sobrevivência e consecução dos objetivos organizacionais num contexto de diversidades e de transações complexas” (KUNSCH, 2008, p. 167).

As organizações, quando observadas com atenção, apresentam grande diversidade no que se refere à cultura, missão, visão, identidade, crenças e valores, tecnologias, estrutura e comunicação. De maneira que, apesar das diferenças, as organizações “são sistemas sociais e históricos, constituídos por recursos materiais e imateriais, e pessoas - que se comunicam e se relacionam entre si, com os inúmeros públicos, as redes de públicos e a sociedade -, agrupados em função de cumprir ideários comuns e formais.” (NASSAR, 2008, p. 62).

Os aspectos formais, expressos por regulamentos, normas e procedimentos, direitos e deveres, missões e visões, que caracterizam as organizações contemporâneas, devem, do ponto de vista da administração, ser informados, entendidos, aceitos e implementados pelos que as integram. A comunicação, neste contexto formal, é fundamental para que a administração organizacional - políticas, planejamentos, ações, coordenações, direções e controles - tenham sentido e significado para os integrantes da organização e suas redes de relacionamento. (NASSAR, 2008, p. 63-64).

Segundo esclarece Nassar (2008), todas as organizações têm na comunicação um processo complexo que faz parte de suas políticas, de seus planejamentos e de suas ações,

independentemente de seus modelos administrativos ou mesmo de outras características que as diferenciam em relação a outras organizações. Assim, a comunicação organizacional está diretamente ligada ao planejamento e aos processos de gestão que determinam as estratégias da organização.

O processo de comunicação - o qual tem como fonte a administração, que cria as mensagens considerando o ambiente e o perfil do receptor, seleciona os canais (meios) mais adequados para a sua veiculação, evita ruídos e controla todo o processo e seus resultados - é o componente mais importante para o estabelecimento de relacionamentos da organização com os mais diversos públicos, as redes de relacionamento e a sociedade. É por meio da comunicação que ela estabelece diálogos a respeito de suas políticas, suas ações e suas pretensões; informa, organiza e reconhece os seus públicos de interesse, entre os quais seus colaboradores; legitima a sua existência; e trabalha pela melhoria do ambiente de trabalho, entre outros objetivos (NASSAR, 2008, p. 64).

A comunicação desempenha um processo relacional entre a instituição e seus diversos públicos, de forma que as estratégias comunicacionais que se estabelecem visam o aprimoramento da divulgação e difusão das informações da organização, a fim de contribuir para construção / manutenção da identidade, da imagem e da reputação.

Para perceber a complexidade da comunicação nas organizações é necessário compreender que a comunicação organizacional vai muito além de um setor que produz e transmite informações. Trata-se de conceber a comunicação como um fenômeno que é, inerente à natureza das organizações, desenrolando-se em várias dimensões e sujeita às influências conjunturais e dos contextos econômicos, sociais, políticos, culturais e tecnológicos. (KUNSCH, 2008).

De acordo com Kunsch (2008), a concepção de comunicação organizacional perpassa várias vertentes, sendo que, sob a perspectiva de disciplina acadêmica, pode ser entendida como um fenômeno comunicacional que estuda “o agrupamento de pessoas que integram uma organização e que a ela se ligam em torno de uma cultura e de objetivos comuns”. (KUNSCH, 2008, p. 113).

Tal concepção depreende uma visão abrangente da comunicação nas e das organizações, considerando todos os aspectos que dizem respeito à complexidade do fenômeno comunicacional inerente à natureza das organizações. Assim, o que Kunsch (2008) defende é que a comunicação seja vista de maneira integrada, não fragmentada.

A Comunicação Organizacional, nessa perspectiva abrangente, é por si só complexa. Neste sentido a área de Comunicação deixa de ter uma função meramente tática e passa a ser considerada estratégica. Isto é, ela precisa agregar valor às organizações. Ou seja, deve ajudar as organizações no cumprimento de sua missão, na consecução

dos objetivos globais, na fixação pública dos seus valores e nas ações para atingir seu ideário de visão no contexto de uma visão de mundo, sob a égide dos princípios éticos. (KUNSCH, 2008, p. 115).

A comunicação organizacional contribui significativamente para os processos de interação entre a organização e seus públicos, de maneira que, além das funções já intrínsecas à comunicação organizacional, ela ainda se configura como peça fundamental na relação entre as demandas da sociedade e os objetivos organizacionais.

De modo que a comunicação organizacional não pode ser encarada como um processo unidirecional, onde a organização dita suas expectativas e os públicos, de maneira passiva, a recebem. Para Kunsch (2003) a comunicação não pode ser trabalhada apenas por uma ótica linear, mas sim entendida como um processo relacional que envolve indivíduos e organizações.

Quando se fala em reputação, por exemplo, deve-se considerar que se trata de uma percepção de diversos grupos que se relacionam com a organização, dentre os quais existem diversas experiências e repertórios variados. Entende-se, assim, que identidade, cultura, imagem e reputação não são geridos apenas a partir da vontade da organização, outrossim, num processo de alteridade, com base nas diversas fontes de informação e experiência que os públicos têm com a organização, em um processo infinito de significação e ressignificação de sentidos. (FERREIRA, 2018).

Para tanto, faz-se necessário que as ações comunicativas sejam resultantes de um processo de planejamento estratégico, embasado em pesquisas e orientado por meio de uma política de comunicação organizacional, que considere as demandas e os interesses, bem como as exigências dos públicos estratégicos e da sociedade em geral. (KUNSCH, 2008).

Dessa maneira, é fundamental o papel que a comunicação ocupa no processo que abrange a definição de identidade de uma organização, na formação da imagem no imaginário dos indivíduos bem como a construção da reputação ao longo do tempo. Ou seja, é a partir da comunicação organizacional que os públicos percebem a identidade da organização e, por meio dela, constroem a imagem organizacional e a reputação. (FERREIRA, 2018).

Sobre o conceito de imagem, Fascioni (2010) faz uma analogia com uma tela em branco, em que a tela a ser preenchida é uma organização com a qual as pessoas ainda não se relacionam, sendo que a imagem é montada à medida que a tela vai sendo preenchida, como uma espécie de quebra-cabeças, cujas peças são fornecidas pela organização.

De maneira que, se a organização não tem clareza de seus valores e princípios, não terá condições de oferecer à sociedade as peças corretas, gerando uma imagem distorcida

acerca de si. Há que se considerar, entretanto, outros fatores além da emissão e recepção, como por exemplo, a complexidade do processo e as interferências do contexto. Fascioni (2010) ainda ressalta que tais “peças”, ainda que bem encaixadas e distribuídas de acordo com a identidade, nem sempre resultam num total esclarecimento acerca da organização, entretanto, aumentam consideravelmente a chance de uma percepção acertada por seus públicos. Em outras palavras, pode-se dizer que a divulgação da identidade é uma estratégia de comunicação com o intuito de enaltecer as qualidades de uma organização, de maneira que o resultado dessa interação é uma construção simbólica, conhecida por imagem organizacional.

Para Torquato (2008) a imagem é o reflexo da organização de acordo com a percepção de seus públicos. Logo, quanto mais a imagem traduzir aquilo que a organização realmente é, ou seja, quanto mais a imagem retratar a identidade, mais efetivo terá sido o processo de comunicação.

O conceito de identidade organizacional pode ser definido como uma “coleção de atributos vistos como específicos daquela organização por seus membros, não sendo necessariamente comum a todos, mas sim, mantida por grupos específicos, que definem papéis, símbolos, políticas, regras e procedimentos, tanto formais.” (ALMEIDA, 2008, p. 34).

Os estudos sobre identidade organizacional foram construídos, em sua grande maioria, a partir da Teoria Social da Identidade, considerando a publicação de Albert e Whetten, no ano de 1985. Os autores definem a identidade organizacional como “uma questão de auto-reflexão: quem somos enquanto organização”. (ALBERT E WHETTEN, 1985, p. 264).

Para os autores, a identidade organizacional pode ser concebida com base em três características: a centralidade, a distintividade e a temporalidade. Em vista disso, considera-se identidade organizacional o que os colaboradores entendem como sendo a essência da organização, o que distingue a organização de outras e o que pode ser percebido como constante ao longo do tempo, ou seja, o elo entre o presente e passado e, provavelmente, o futuro. (ALMEIDA, 2008).

A primeira característica, definida como centralidade, tem como foco os atributos fundamentais que traduzem o que é a organização, seus objetivos e sua missão. Diz respeito ao que constitui um sistema interno de crenças, valores e normas que constrói o sentido para os funcionários sobre o que é a organização e, assim, direciona suas ações. É também considerando como sendo o DNA da organização, de maneira que, se um aspecto for removido, a organização corre o risco de não ser identificada. A segunda característica mencionada é a distintividade, que define a individualidade da organização, separando-a do



todo, diferenciando-a dos demais e promovendo uma identidade singular. Geralmente é utilizada pelos membros para demarcar e sustentar determinadas bandeiras. A terceira característica é a temporalidade e refere-se à longevidade da identidade organizacional, ou seja, as características que são mantidas ao longo do tempo sem se modificarem, dando a impressão de estabilidade. (ALMEIDA, 2008).

Grande parte dos estudos sobre identidade versam também sobre cultura organizacional, visto que são conceitos correspondentes, onde um necessita do outro como fonte de sentidos. Dito isto, a partir da compreensão da identidade percebe-se de maneira mais abrangente a cultura, e pelo estudo da cultura, conhece-se a identidade.

Entender a identidade pode ser uma maneira de construir sentido sobre o que constitui a cultura nas organizações, uma vez que a identidade reflete como a organização constrói significado sobre si mesma, o que representa manifestações visíveis da própria cultura. E, por sua vez, a cultura, através dos mitos, ritos, estórias e visões de mundo, proporciona as bases para a construção das identidades. (SHULTZ *et al.*, 2000 *apud* ALMEIDA, 2008, p.28)

Ferreira (2018) esclarece que a cultura organizacional pode ser entendida como um conjunto de crenças e valores compartilhados entre o fundador e gestores da organização, os profissionais que nela trabalham e a influência cultural que a cerca. De modo que, sendo a cultura organizacional suscetível a diversas interferências, tal flexibilidade pode também ser refletida na identidade organizacional, mesmo que de maneira parcial.

O termo cultura organizacional vem diretamente associado à ideia de que as organizações são marcadas pelas interações sociais entre as pessoas, destacando as relações informais que ocorrem no ambiente, para além de uma visão meramente burocrática do funcionamento da instituição. (LIBÂNEO, 2004).

Conforme traz Baldissera (2008, p. 163) “a cultura pressupõe sujeitos em relação/interação. São sujeitos que ao (re)tecerem a rede simbólica se relacionam/interagem suas alteridades e com elas disputam e constroem sentidos”.

No que respeita ao espaço escolar, a cultura organizacional nem sempre está escrita nos documentos que normatizam a escola. Outrossim, está expressa no comportamento dos funcionários e estudantes, exposta nos diálogos nos corredores e nos comportamentos cotidianos.

Num entendimento mais amplo, a cultura organizacional (também chamada "cultura da escola") diz respeito ao conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular. No caso da escola, isso significa que, para além daquelas

diretrizes, normas, procedimentos operacionais, rotinas administrativas, há aspectos de natureza cultural que as diferenciam umas das outras, sendo que a maior parte deles não é claramente perceptível nem explícita. Esses aspectos têm sido denominados frequentemente de "currículo oculto", mas que, embora oculto, atua de forma poderosa nos modos de funcionar das escolas e na prática dos professores. Tanto isso é verdade que os mesmos professores tendem a agir de forma diferente em cada escola em que trabalham, pois cada escola tem o seu modo de fazer as coisas. (LIBÂNEO, 2004, p. 112).

Compreende-se que a cultura organizacional pode ser modelada, planejada e construída pelos membros que compõem a instituição, com base nos significados que dão ao seu trabalho, aos objetivos da escola, às decisões tomadas, de maneira que a própria organização escolar é uma cultura.

Segundo argumenta Libâneo (2004, p. 114) “a escola tem uma cultura própria que permite entender tudo o que acontece nela, mas essa cultura pode ser modificada pelas próprias pessoas, ela pode ser discutida, avaliada, planejada, num rumo que responda aos propósitos da direção, da coordenação pedagógica, do corpo docente.”

A partir da interação entre diretores, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários e alunos, a escola vai adquirindo, na vivência do dia a dia, traços culturais próprios, vai formando crenças, valores, significados, modos de agir, práticas. É o que estamos denominando de cultura da escola ou cultura organizacional. Essa cultura própria vai sendo internalizada pelas pessoas e gerando um estilo coletivo de perceber as coisas, de pensar os problemas, de encontrar soluções. É claro que isso não se dá sem conflitos, diferenças, discordâncias, podendo haver até quem destoe dessa cultura. Mas há em cada escola uma forma dominante de ação e interação entre as pessoas, que poderia ser resumida na expressão: "temos a nossa maneira de fazer as coisas por aqui". (LIBÂNEO, 2004, p. 114).

Assim, cultura e identidade são conceitos que se inter-relacionam e interdependem, uma vez que um necessita do outro enquanto detentor de significados. A cultura, por meio de percepções, histórias e visões de mundo, embasa a construção das identidades, enquanto a identidade apresenta-se como uma das formas de construir sentido acerca do que constitui a cultura nas organizações. (ALMEIDA, 2008).

As questões sobre identidade organizacional e seus pressupostos tornam-se mais complexas ao considerarmos seu relacionamento com o conceito de imagem e reputação. Em geral, as dificuldades na distinção entre identidade e imagem e reputação envolvem como se dá a formação desses fenômenos. Primeiro, enquanto a identidade é construída internamente, representando a visão compartilhada por membros da organização, imagem e reputação são construídas externamente, tendo como foco as múltiplas audiências. No entanto, a percepção dos membros da organização sobre “quem somos” afeta a imagem e reputação, da mesma forma que as percepções internas. Ou seja, identidade interfere na imagem e reputação e, por sua vez, imagem e reputação interferem na construção e manutenção da identidade. Esse é um processo contínuo e cíclico, em que a organização deve buscar

alinhamento entre as percepções internas e externas, de forma a consolidar uma reputação sustentada ao longo dos anos. (ALMEIDA, 2008, p. 37).

Nesse sentido, Almeida (2008) considera um desafio manter o equilíbrio entre o que é estável e o que é fluído, vivendo em um mundo permeado por mudanças. Logo, as organizações necessitam lidar com constantes e possíveis alterações, de maneira que sejam conservadas as características que determinam o núcleo de sua identidade.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Caminho Metodológico e Análise dos Dados

Realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza translacional, assim caracterizada tanto pelos conhecimentos acadêmicos alcançados por meio da pesquisa com base em documentos e com os comunicadores do IFC, como pela elaboração e aplicação do produto educacional (CAPES, 2019). Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória pois, conforme Gil (2002, p. 41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. A realização desta pesquisa teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do IFC.

A primeira etapa da pesquisa foi constituída por um levantamento bibliográfico e documental. Com o intuito de construir uma discussão teórica a respeito da identidade organizacional dos institutos federais, consultou-se material disponível em bases científicas. Em relação à pesquisa documental que, conforme elucida Gil (2002, p. 45) “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”, foram selecionados documentos institucionais cuja abordagem trouxesse os princípios e concepções dos institutos federais. Para tanto, as documentações consultadas foram: Documento Base da política de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio, de 2007; a Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal e cria os Institutos Federais; e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC, vigente no período de 2019 a 2023.

Na segunda etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os comunicadores do IFC, sendo que a escolha pelo método de entrevista se deu em virtude de que, em geral, a identidade organizacional “expressa-se mais pela comunicação informal, declarações e estórias que revelam a organização.” (ALMEIDA, 2005, p. 33). Os 34 servidores que responderam pelo setor de comunicação da instituição, no período de 2016 a 2022, foram convidados a participar do estudo, de maneira que 16 comunicadores aceitaram fazer parte da pesquisa. O grupo foi composto por servidores concursados para a área de comunicação; servidores com formação em comunicação, mas concursados para outro cargo; e servidores sem formação na área de comunicação e concursados para suas respectivas áreas de formação ou áreas afins. A coleta de dados foi realizada de maneira online, por meio da plataforma virtual Google Meet. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, para que fosse possível a análise.

Para orientar as entrevistas elaborou-se um roteiro em forma de guia, disponível no Apêndice B. Definiu-se um único modelo para todos os comunicadores, com flexibilidade para direção do diálogo, adaptando questões quando necessário, sem, contudo, perder de vista os objetivos da pesquisa.

Relativo aos procedimentos técnicos, essa pesquisa pode ser definida como pesquisa de campo, conforme enuncia Fonseca (2002, p. 32) quando diz que a pesquisa de campo “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.”

Para a interpretação dos dados foram utilizados os princípios da análise de conteúdo de Bardin (2010). Esta técnica de análise consiste em, a partir de um conjunto de técnicas, explicitar e sistematizar as mensagens de determinados conteúdos, objetivando efetuar deduções lógicas e justificadas. (BARDIN, 2010).

Definiu-se como corpus da análise as transcrições das entrevistas, de maneira que os documentos institucionais foram utilizados como complemento. Para análise documental, verificou-se os seguintes materiais: Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal e cria os Institutos Federais; do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC, vigente no período de 2019 a 2023; e do Documento Base da política de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio, de 2007.

A partir da leitura dos documentos, algumas características foram percebidas e agrupadas de acordo com os códigos centralidade, distintividade e temporalidade, propostas por Albert e Whetten (1985), conforme tabela 1.

Tabela 1 - Características atribuídas ao IFC

<b>Centralidade</b>	<b>Temporalidade</b>	<b>Distintividade</b>
Características que se destacam como a razão de existir da instituição. Caso um aspecto desses seja removido, a instituição pode não ser identificada.	Características que perduraram ao longo dos anos, dando a impressão de estabilidade. Aspectos considerados “sagrados” na instituição.	Características utilizadas pela instituição para se diferenciar das demais. Aspectos considerados específicos e essenciais.
Instituição pública gratuita, pluricurricular e multicampi.	Proporcionar educação profissional e tecnológica, com oferta de cursos visando a capacitação de profissionais.	Compromisso com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.
Formação humana integral - visando à omnilateralidade, integrando o trabalho (como	Processos educativos que levem à geração de trabalho e	Democratização e interiorização da educação / Arranjos produtivos locais.

princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura.	renda e à emancipação do cidadão.	
Relação parte-totalidade na proposta curricular.	Formação do cidadão para o mundo do trabalho.	Diferentes níveis e modalidades de ensino / Verticalização da oferta de cursos.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Albert e Whetten (1985)

Algumas características elencadas na tabela 1 serviram como base para definir as categorias de análise que serão trabalhadas na seção de resultados e discussões deste trabalho, quais sejam: a razão de existir do IFC; características da educação profissional que se mantiveram ao longo do tempo; e particularidades que diferenciam o IFC de outras instituições, estabelecidas a partir dos conceitos de centralidade, temporalidade e distintividade, consecutivamente.

Na primeira categoria buscou-se identificar quais são as palavras-chave que caracterizam os IFs e, por conseguinte, o IFC, além de como os entrevistados percebem a formação humana integral. Na segunda, a intenção foi averiguar a percepção dos comunicadores no que se refere às três concepções que orientam os IFs, e também como percebem o conceito de mundo do trabalho e a função social do IFC. Por fim, na terceira categoria, a pretensão foi identificar aspectos que possam diferenciar o IFC de outras instituições a partir da perspectiva dos entrevistados, além de também procurar compreender como percebem o ambiente em que atuam enquanto comunicadores.

Ao longo do texto, quando aparecem citações diretas dos comunicadores, foram mantidas as falas originais de cada um, sendo que cada participante da entrevista recebeu uma identificação alfanumérica, representando o número do entrevistado, como por exemplo, o entrevistado 1 foi identificado como E1, e assim sucessivamente.

### **3.2 Elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional**

Como produto educacional desta pesquisa definiu-se um material audiovisual contendo informações sobre a história dos Institutos Federais, bem como seus princípios e concepções. O produto foi elaborado com base em bibliografia e documentos institucionais que versam sobre os temas abordados, considerando as percepções reunidas após análise das

entrevistas. O roteiro do material foi elaborado pela pesquisadora, sendo posteriormente ilustrado, narrado e editado por outros profissionais.

Após a elaboração da versão do audiovisual, realizou-se a aplicação do produto educacional com os comunicadores que participaram das entrevistas. Após essa etapa, foi solicitado que os participantes respondessem a um questionário on-line, disponibilizado por meio do Google Forms. Quinze comunicadores, dos dezesseis entrevistados, responderam a avaliação. O questionário foi elaborado em duas partes, sendo a primeira composta por seis afirmativas de concordância que oscilavam de “discordo totalmente” até “concordo totalmente”, embasadas na metodologia de escala *likert*. Essas afirmativas foram elaboradas considerando os seis eixos propostos por Leite (2018), quais sejam: Estética e organização do material educativo; Capítulos; Estilo de escrita; Conteúdo; Propostas didáticas; Criticidade. Na segunda parte do questionário foi disponibilizada uma questão aberta, proporcionando um espaço para que os entrevistados pudessem tecer comentários e sugestões.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 A razão de existir do IFC

Para compreender quais as percepções que os comunicadores do IFC têm sobre a identidade organizacional da instituição foi necessário entender a maneira que os servidores entrevistados concebem e definem o Instituto. Constatou-se que as perspectivas sobre a instituição foram elaboradas de maneira semelhante, independente da formação ou do cargo. Desse modo, não foram identificadas diferenças consideráveis a ponto de ser necessário separar as análises por grupos.

Uma primeira percepção que pode ser destacada são as palavras ou conceitos de referência lembrados quando se fala em Institutos Federais. Quando questionados sobre quais são os termos que primeiro surgem, os comunicadores elencaram alguns vocábulos de maneira pontual, sem que necessariamente fosse explicado o porquê de cada escolha. São eles: ensino técnico; ensino médio integrado; juventude; Rede Federal; Cefet; trabalho em rede; Instituto Federal; escola; universidade; educação nacional e federal; interiorização do ensino; tecnologia, ensino, pesquisa e extensão; público; amplo; periferia; verticalização; democratização do ensino; amplitude de vagas; emancipação; ciência; expressão, comunidade e sociedade; lugar democrático e de diversidade; lugar histórico; regionalidades. Essas palavras encontram-se descritas nos documentos institucionais analisados, evidenciando consonância entre as percepções dos comunicadores e os textos basilares que regem a instituição.

Alguns conceitos foram citados de maneira recorrente, aparecendo em duas ou mais falas dos entrevistados, quais sejam: educação de qualidade; oportunidade; e dificuldade.

No que respeita à concepção de educação de qualidade, as lembranças fazem menção ao slogan usualmente utilizado pela instituição nos materiais de divulgação, conforme exemplifica o relato: “Eu gosto bastante do lema de ensino gratuito e de qualidade. E eu acho que ele condiz bastante com a realidade”. (E6).

Outra característica referenciada foi a questão da oportunidade, abordada com o sentido de isonomia:

À medida que você trabalha, que você estuda, você vê que essa ideia do ‘dar a oportunidade’, de dar chance, de fazer com que não seja uma coisa que seja só pra um grupo, né, um grupo que já tem tudo. E de repente isso vem pra dizer que não, que não precisa ser uma oportunidade só pra um. (E14).



E também no sentido de interiorização, com a ideia de que “ele (o Instituto Federal) tá inserido em algumas regiões que não se tinha oportunidade e hoje se tem”. (E10).

Em referência à palavra dificuldade, a caracterização aconteceu com conotação positiva, atribuindo competência aos estudantes que se dispõem a estudar na instituição, como evidenciado nesse recorte: “(...) alguns alunos dizem ‘não vou pro IFC porque é muito difícil, vou tentar em outra faculdade’. Isso é ótimo porque mostra que a qualidade de ensino é muito boa, os professores são exigentes, o que vai formar um profissional de qualidade com toda certeza.” (E13).

Quando questionados sobre o entendimento do que significa formação humana integral, foi unanimidade a questão de que a ideia compreende um desenvolvimento para além do ensino conteudista, uma vez que, ao estudar nos Institutos Federais “você não aprende só teorias, fórmulas ou métodos, você aprende a questão do humanismo, dos direitos humanos, principalmente fora da sala de aula, com evento, iniciação científica, jogos, esse tipo de coisa.” (E1). Além do que, também foi ressaltado o entendimento de uma formação completa do ser humano, conforme percebe-se no seguinte trecho: “Eu compreendo uma formação enquanto indivíduo social, de vivência na sociedade, na comunidade, nas relações humanas, e enquanto indivíduo pro mundo do trabalho. Então, a formação humana seria uma forma de abranger o indivíduo na sua totalidade, como ser social, como ser trabalhador.” (E3).

No decorrer da entrevista, a pergunta “No desempenho de suas funções enquanto comunicador, quando você se refere ao IFC, quais são os atributos mencionados?” foi feita aos entrevistados. Pode-se averiguar certa dúvida sobre qual termo seria o mais adequado a ser citado, evidenciado por longas pausas antes das respostas bem como por exclamações como: “Quais expressões? Nossa, que difícil. Deixa eu pensar.” (E7).

Ao passo que, por fim, novamente a expressão mais lembrada foi “educação pública, gratuita e de qualidade”, sendo possível exemplificar a perspectiva dos entrevistados a partir da fala: “Educação pública, gratuita e de qualidade. Essa é básica, vai em tudo. Não tem mensalidade. Porque assim, apesar de a gente já falar educação pública, principalmente quando a gente fala de ingresso, tem que falar que não tem mensalidade, não tem custo.” (E15).

A questão da gratuidade, inclusive, apareceu em várias falas, sendo destacado como algo muito importante a ser mencionado quando se trata de referenciar a Instituição. “Hoje em dia eu acho que o principal é o 100% gratuito, que é o que tá mais pegando, principalmente nesse momento do pessoal meio apertado com grana, enfim. Acho que é isso que faz a diferença.” (E7).

E ainda: “Bom, a gente usa bastante o gratuito, né. Gratuito e de qualidade referenciada. Tinha mais uma palavra que a reitora adorava mas eu esqueci.” (E7). Esse trecho ressalta também o papel que o gestor principal da organização tem na definição da identidade organizacional da instituição. Conforme elucida Almeida (2005), a alta administração pode exercer um papel significativo no gerenciamento da identidade organizacional, transmitindo de forma precisa suas perspectivas aos membros da organização. Visto que, em razão disso, é imprescindível que os gestores entendam o que é a instituição, a que propósito ela serve e quais são suas crenças, a fim de que atuem de maneira consonante com tal visão de mundo.

É possível ainda elencar outros conceitos referenciados pelos comunicadores quando se trata de definir o IFC, quais sejam: educação pública; ensino, pesquisa e extensão; permanência e êxito; qualidade; formação humana; qualidade dos laboratórios e do corpo docente; educação acessível; instituição democrática; oportunidades; liberdade; educação libertadora; transformação social; programa de bolsas; aulas práticas; conhecimento para o futuro; inscrições abertas; inclusão; qualidade do corpo docente; aberto ao público; pertencimento.

As sentenças indicadas representam parte da percepção que os entrevistados têm em relação à instituição a qual se relacionam e na qual trabalham. Entretanto, nem sempre existe clareza sobre os conceitos que querem transmitir ou se faz possível a manifestação da ideia a ser comunicada. Isso pode ser constatado em algumas falas dos comunicadores em que, ao serem questionados sobre quais são os atributos utilizados para divulgação do IFC, relatam a mensagem que gostariam de expressar, não propriamente as palavras que utilizam.

Um exemplo é o relato do E6, em que afirma “(...) não é exatamente a palavra que eu utilizo mas é a forma de comunicar. Comunicar de uma forma simples para que as pessoas entendam, que elas vejam que elas podem e que é simples.” (E6)

E também o trecho em que o E16 diz:

(...) essa formação humana e integral a gente deveria ter, sei lá, no slogan, no nome, na fachada. Porque muitas vezes quando a gente fala que é do instituto federal, que aí a gente traz aquela “instituto federal de educação, científica e tecnológica”, parece que a gente tá fechado dentro de uma caixinha do laboratório. (...) Eu acho que a gente já ultrapassou isso e ainda não sabe como falar isso para as pessoas. (E16).

## **4.2 Características da educação profissional que se mantiveram ao longo do tempo**

A educação profissional teve diversas características ao longo do tempo, ora figurando

mais no plano assistencial e higienista, ora alcançando uma nova configuração, deixando de lado o caráter assistencialista e sendo utilizada no sentido profissionalizante para atendimento da indústria em desenvolvimento. Tais características foram se alterando umas às outras, coexistindo ou figurando em segundo plano em dados momentos, sempre vinculadas aos interesses e ideários da classe dominante (PADOIN; AMORIM, 2016).

Compreende-se que a educação profissional no Brasil esteve, desde seu início, direcionada para capacitar o trabalhador que precisava ingressar no mercado de trabalho para garantir seu sustento, de modo que, em determinado momento, esse sentido foi redirecionado. Conforme esclarece Ramos (2007), foi preciso pensar num projeto de educação profissional contra hegemônico, pautado na integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, na tentativa de superar a divisão entre formação geral e específica, culminando, posteriormente, na proposta dos IFs.

É possível identificar na fala dos comunicadores referências às concepções que constituem a história da educação profissional e que orientam a criação dos Institutos Federais, quais sejam: a assistencialista, a de formação de profissionais de acordo com as expectativas do setor produtivo e a que prioriza a formação humana integral.

Uma das questões abordadas na entrevista refere-se à formação para o mundo do trabalho. Quando questionados sobre qual o entendimento sobre o conceito, destacam-se duas percepções: a que atrela o mundo do trabalho unicamente ao desempenho das atividades laborais; e a que referencia a uma formação completa, com vistas a uma abordagem centrada na teoria e prática, de maneira crítica.

Dois recortes ilustram a primeira percepção, em que, ao se falar em mundo do trabalho, a ideia é de que trata-se de “uma coisa bem de revolução industrial, é o que eu consigo lembrar. Eu tô ensinando alguém só pra trabalhar pra receber dinheiro. Eu tô só explicando à pessoa como ela deve executar as tarefas relacionadas a profissão dela em troca de dinheiro.” (E8). E ainda: “quando eu ouço essa frase assim parece que tu tá preparando a pessoa para trabalhar no chão de fábrica ou ficar numa baía de telemarketing telefonando o dia inteiro, sabe?” (E10).

Pode-se dizer que essas compreensões encontram referência no período da década de 1930, momento em que o país viveu um surto de industrialização, ocasionando a ampliação da demanda de operários. Para Schenkel (2012, p. 119-120) “os processos educacionais, em especial os de caráter profissionalizante, passam a ter como objetivo a formação de auxiliares e técnicos capacitados para lidar com as novas demandas de trabalho qualificado”.

No que respeita ao segundo entendimento, que detém uma percepção sobre o mundo

do trabalho a partir de uma formação profissional completa, cabe a evidência do seguinte trecho:

Eu penso que a formação pro mundo do trabalho é você conseguir ter uma visão crítica das coisas, você ter um olhar mais empático pro outro. Tu conseguir enxergar não só o teu serviço, sabe, mas enxergar que você trabalha pra pessoas ou com pessoas. E eu acho que aqui os alunos conseguem ter essa visão, pelo menos até onde eu percebo eles tem um lado humano, não só da técnica, sabe. (...) Muitas vezes se traz isso como questões antagônicas, até. Ou tu cria o aluno pra ser crítico, que seria mais o aluno que tá voltado pras áreas da filosofia, da sociologia, das ciências sociais e humanas, ou você tem o aluno realmente do curso técnico, que é aquele que vai pra indústria. Mas eu acredito que não seja muito por aí, porque você pode tanto ter um aluno que entenda bastante da questão técnica, pensando num técnico agrícola, que ele saiba trabalhar com a planta, com a terra e mesmo assim ele tenha uma visão crítica. (E13).

Tal compreensão corresponde ao objetivo preconizado pelos Institutos Federais, em que a intenção encontra base na superação da ideia de que a educação profissional é resumida ao mero treinamento para atendimento das demandas do mercado de trabalho, oportunizando os processos de construção do conhecimento. “Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista.” (PACHECO, 2015, p. 11)

Ao serem questionados sobre qual a percepção sobre o papel social que o IFC desempenha, em algumas abordagens, é possível identificar a concepção direcionada ao assistencialismo. Segundo Moura (2007) e Schenkel (2012), a educação profissional teve sua origem a partir de uma perspectiva assistencialista, tendo como objetivo amparar os “desvalidos da sorte”, com o ensino das primeiras letras e de um ofício, impedindo assim que eles ficassem à toa e que atuassem contra os *bons costumes* da sociedade.

Tais características podem ser ilustradas pelos seguintes recortes: “E agora tô pensando nos jovens, tô pensando principalmente no ensino médio (...) Eu vi alunos entrarem ali porque o Instituto Federal oferecia merenda, sabe? Porque esses alunos teriam o que comer durante o dia.” (E16).

E também

Por exemplo, os haitianos, eles aprendem português a partir das aulas do Instituto. Então é algo assim bastante interessante que faz com que a pessoa consiga viver em sociedade. Porque às vezes a pessoa não fala nada de português, aí não consegue emprego, aí vai pra marginalização, enfim. Então acredito que nesse sentido os IFs têm um papel bem interessante. (E7).

Outra percepção sobre o papel social que o IFC desempenha refere-se ao fato de levar educação para regiões que antes não havia, atingindo o maior número de pessoas possíveis. Esse movimento, de estabelecer diversos *campi* dos Institutos Federais nas mais variadas cidades do país, pode ser entendido como algo muito positivo, uma vez que a “capilaridade e interiorização criam a possibilidade de potencializar qualquer política pública educacional” (PACHECO, 2015, p. 48).

Cabe destacar a fala do E1, que diz: “quando você leva educação de qualidade e voltada pro mundo do trabalho para localidades um pouco mais afastadas dos grandes centros, você contribui para que essa expertise também exista fora dos grandes centros. Então esses locais para qual essa educação tá chegando vão prosperar a partir disso.” (E1).

Ainda nesse contexto, o ganho também seria relacionado ao fato de oportunizar a educação a quem nunca achou que fosse possível acessá-la.

Eu acho que vai um pouco ao encontro do que eu tinha falado sobre levar a educação pública e acessível pro maior número de pessoas, principalmente em várias regiões, conseguindo sair das mesmas cidades onde a gente costuma encontrar o maior número de escolas, de instituições de ensino num todo. Então, pra mim, o papel principal seria levar a educação pro maior número de pessoas, principalmente para aquelas que acreditam não ter acesso à educação, não poder acessar. Para aquelas pessoas que acham que a educação não é para elas, uma formação profissional, científica, tecnológica não é para elas. (E3).

Outro aspecto mencionado foi a questão da transformação pela qual a região que recebe um *campus* do IFC passa, tanto na questão social, materializada geralmente pelos projetos de extensão, quanto na questão econômica local. Quanto à questão social, a perspectiva é no sentido de benefício para a comunidade, onde “nós temos projetos que falam desde o abuso infantil, uso de drogas, cuidado com animais, com pets, então é um universo muito grande. Eu acho que através dos projetos de extensão que o braço do IF no social também se torna maior.” (E16). Sobre a questão econômica, a perspectiva é de avanço econômico, exemplificado pelos recortes:

Eu acho que os IFs têm uma situação muito peculiar no sentido de que eles levam muito progresso pra cidade em que eles atuam. Então não é só o estudante, claro, o estudante é a força motriz, nossa razão de ser. Mas toda a estrutura que vai em volta, então imagina as vezes uma cidade super pequenininha, daqui a pouco tem 40, 50 servidores que recebem bem, começa a movimentar o mercado. Então é toda uma estrutura que vai junto do IF que eu acho que engloba muito essa questão de crescimento da cidade, né, até da própria região assim. (E7).

O fato de haver uma instituição já é um crescimento. E isso em muitos níveis, em muitas esferas. Tanto na esfera econômica, o que aquilo traz pra cidade, a movimentação econômica que a presença de uma escola federal representa pra uma cidade. A quantidade de pessoas envolvidas naquilo ali, a quantidade de empregos que se gera. Então, essa mudança econômica que já traz, esse fator econômico que a gente sabe que é importante, e o que vem a partir daquilo: a oportunidade de manter os jovens naquele local, deles não terem que sair dali para estudar, poder ficar no seu local, poder ficar com as suas famílias. (...) E o conhecimento que é produzido, esse conhecimento que retorna pra sociedade, volta pra sociedade. (E14).

Ainda sobre a questão da interiorização, é sabido que os institutos originam-se da reorganização dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), das Escolas Agrotécnicas e Técnicas Federais e das Escolas Técnicas e Colégios Agrícolas vinculados às universidades, de maneira que o IFC se constituiu da integração das Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, somando-se aos Colégios Agrícolas de Araquari e Camboriú, originalmente vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (IFC, 2023a). Sobre essa questão, o relato de alguns comunicadores atuantes nas unidades pré-existentes é de que, muitas vezes, o Instituto é percebido como se ainda fossem as antigas escolas e colégios, conforme demonstra a fala do E15:

Aqui na cidade de Santa Catarina o instituto continua sendo conhecido como antigamente e essa visão atrapalha um pouco, porque por mais que seja antigo a gente não é mais só ensino agrícola. (...) até mesmo os servidores, os antigos, tem um pouco de dificuldade, talvez, de se adaptar assim, ao novo. (...) Se nós, aqui dentro, a gente não tem clareza do que é a instituição, imagina você conseguir passar isso pra fora, né. (E15)

Em termos de comunicação institucional, isso pode representar um desafio na consolidação da identidade organizacional, uma vez que, conforme relatado pelo comunicador, as narrativas dos servidores mais antigos enfatizam a identificação com uma instituição que não existe mais. Contudo, isso demonstra também que esta lembrança pode estar vinculada à suas participações enquanto atores que contribuíram para o estabelecimento da identidade organizacional, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identificação entre eles e a instituição. Visto que a identidade integra o passado, o presente e o futuro, durante períodos de intensa mudança organizacional, as reminiscências podem ajudar a desenvolver e manter um sentido de continuidade individual e coletiva. (MACHADO, 2005).

Já os comunicadores que foram estudantes das escolas agrotécnicas ou tiverem um contato próximo com o relato de parentes que estudaram em uma das antigas instituições, evidenciam a questão da qualidade do ensino, característica que, a partir de suas percepções,

perdura na composição dos institutos federais.

Ah, se eu tivesse tido essa oportunidade (de estudar no colégio agrícola). Na minha época, por exemplo, eu tive um primo que veio pra cá e eu queria ter vindo também. Só que parece que tinha uma mensalidade de 800 a 900 reais. Era muita grana na época. Isso lá em 2000, 2003, quando tava terminando o ensino médio, né. Meus pais não tinham condições, mas eu sabia que existia essa escola aqui. E ele teve uma formação muito privilegiada. (E11).

E ainda: “Quando eu estudei no curso técnico, os professores já formavam alunos pro mundo do trabalho e críticos. Então assim, acredito que o que eles faziam na época era a receita correta pra isso que hoje o IFC tem como missão ou lema.” (E13).

Ao fazer referência à missão da instituição, qual seja a de “Proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional” (IFC, 2023b), em consonância com a visão, que diz: “Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã” (IFC, 2023b), o entrevistado considera como legítima a conservação das características que entende como positivas, oriundas das escolas pré-existentes. De fato, a manutenção de atributos identificados pelos servidores como a “essência” da instituição garante estabilidade e manutenção da identidade organizacional, considerando que “as organizações perpetuam intencionalmente suas características centrais e distintivas, preservando para amanhã o que as tornou o que e/ou quem são hoje.” (WHETTEN, 2006, p. 415).

#### **4.3 Particularidades que diferenciam o IFC de outras instituições**

Dentro da literatura de identidade organizacional, considerando a perspectiva de Whetten (2006), o conceito de imagem organizacional geralmente refere-se a representações cognitivas compartilhadas ou visões semelhantes de uma organização. A imagem, por vezes, é colocada de forma paralela à identidade organizacional e, em outras, é vista de maneira difusa à identidade. Quando o entendimento é de que ambas são paralelas, a identidade organizacional é vista como uma imagem particular, um conjunto de imagens relacionadas à “quem somos como organização”, numa espécie de visão idealizada de “quem somos”. Em contrapartida, quando a identidade e a imagem são conceitos diversos, a imagem é caracterizada como uma representação projetada de uma organização por pessoas de fora, semelhante ao conceito de reputação.

Conforme Whetten (2006), é comum que estudos que investigam a identidade e a imagem das organizações examinem a congruência entre as visões internas e externas de uma mesma instituição. Para essa pesquisa, entretanto, considerou-se somente o estudo do conceito de identidade organizacional, sob a perspectiva de visão interna, a fim de responder a pergunta “quem somos enquanto instituição” a partir da percepção dos comunicadores do IFC. Tal abordagem, contudo, não desconsidera a importância de investigar como a sociedade percebe a instituição, sendo feito, neste estudo, apenas um recorte necessário.

Assim, na perspectiva de tentar identificar o que diferencia o IFC de outras instituições, considerando a percepção dos comunicadores, a seguinte pergunta foi feita aos entrevistados: você consegue identificar o que a sociedade espera encontrar no IFC?

Grande parte dos comunicadores respondeu que imaginam que a população, ao acessar o IFC, vá em busca de educação profissional de qualidade; ensino técnico integrado ao ensino médio; cursos profissionalizantes; uma formação numa instituição federal; ensino de qualidade; e educação gratuita. No entanto, o enfoque que prevalece é o atrelado à busca por formação profissional, conforme ilustra o trecho selecionado:

Eu acredito que eles esperam se formar, conseguir um diploma, se qualificar pra ter um emprego ou que os filhos dessas famílias que procuram a gente consigam isso pra diminuir a possibilidade de fracasso profissional. Como eu vi a realidade que eram famílias de baixa renda que procuravam era isso que eles queriam, um lugar de segurança e um lugar onde os filhos pudessem terminar a escola e conseguir algum emprego. (E8).

Alguns presumem que os estudantes escolheram a instituição por conta da infraestrutura e da formação dos professores, como na fala: “O IFC vem com esse diferencial, que é uma educação de muita qualidade, com profissionais muito preparados, com bons recursos, com infraestrutura diferenciada em relação a outras escolas públicas.” (E14). Essa percepção se baseia no relato de pais ou responsáveis, como por exemplo: “Eu via muito durante o período de campanha de ingresso, muitos pais e mães que vinham aqui conhecer diziam ‘meu filho vem estudar aqui sim.’ Porque reconhece exatamente essa credibilidade, que é um local de qualidade e que vai ter um ensino de qualidade.” (E14).

Verifica-se, porém, que nenhuma referência direta é feita sobre algumas das características que compõem a concepção do Instituto Federal Catarinense e que constam nos documentos oficiais, como por exemplo, no texto do PDI 2019-2023:

A concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre



ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual e participação cidadã. (IFC, 2023b, p. 21 e 22)

Isto posto, torna-se possível dizer que, considerando a perspectiva dos comunicadores entrevistados, o que provavelmente motiva a comunidade a acessar o IFC é basicamente a qualificação profissional, atrelada à boa infraestrutura e qualidade dos docentes. Tal fato, contudo, é dissonante da percepção que os entrevistados apresentaram ao serem questionados sobre o que caracteriza a formação humana, ofertada pelo IFC, onde todos concluem que o conceito refere-se à uma educação para além da simples profissionalização.

De acordo com a percepção dos entrevistados sobre o que a sociedade espera encontrar ao acessar a instituição, é possível dizer que o IFC é considerado uma instituição que oferta educação pública, gratuita e de qualidade. Nesse caso, a identidade se torna a imagem na mente dos públicos externos, ao passo que também é reforçada na mente dos gerentes e demais empregados. Trata-se de um processo que envolve a maneira como a organização projeta seus atributos, a partir de uma auto-reflexão feita pela maioria dos membros internos a respeito da essência da organização, quais são as características que a tornam singular e diferem de outras instituições do mesmo segmento. (ALMEIDA, 2005).

Segundo estabelece Almeida (2005, p.47)

A identidade constrói os elementos de sua auto-apresentação que, por sua vez, transformam-se em imagem a partir da interpretação das audiências externas. Nesse sentido, pode-se constatar que a identidade projetada exerce uma influência na identidade percebida, o que significa que os membros da organização incorporam atributos corporativos que são amplamente aceitos e considerados como “verdadeiros” externamente. Ou seja, mesmo sendo a identidade projetada uma escolha da alta gerência, os membros da organização podem assimilá-la e incorporá-la no dia a dia organizacional.

Assim, entende-se que o lema “educação pública, gratuita e de qualidade” é um atributo incorporado pelos servidores do IFC e provavelmente aceito pelo público externo, ou seja, uma identidade que pode ser entendida como percebida, enquanto que formação humana integral ainda parece ser uma identidade vista como projetada, não assimilada totalmente pelos servidores.

Conforme esclarece Whetten (2006), a identidade de uma organização é estabelecida pelo conjunto de representações que seus integrantes detém sobre ela. Ou, dito de outra forma, a identidade organizacional depende de como os servidores, no caso dos institutos federais, compreendem a si mesmos enquanto instituição. Já quando se trata de imagem

organizacional, de acordo com Almeida (2005, p. 59) “há um esforço por parte das instituições em criar uma impressão pública que atraia o público de seu interesse, ou seja, há uma intencionalidade atrás de sua imagem, que determina seu gerenciamento”.

Assim, é indispensável que essa auto percepção que integra a identidade esteja alinhada com as características que compõem a instituição, a fim de garantir a projeção de uma imagem em consonância com a essência da organização.

Nesse sentido, merece destaque o fato de que, ao serem questionados sobre o que caracteriza uma escola, alguns entrevistados se mostraram surpresos com a pergunta. Tal ocorrência chama atenção, uma vez que, por definição, todos os servidores trabalham em um ambiente escolar, independente das atividades laborais acontecerem em um local que propicia o convívio com estudantes, caracterizando uma escola, como é o caso dos *campi*, ou em um espaço que se assemelha a um empresa, como é o caso da reitoria.

A pergunta “Trabalhando no IFC, você se sente trabalhando em uma escola?” também foi feita, sendo que grande parte dos comunicadores que atuam na reitoria afirmou que não, enquanto que no *campus* o entendimento foi diferente. As percepções podem ser exemplificadas com os seguintes recortes, sucessivamente:

Eu tenho essa dificuldade aqui na reitoria de sentir essa troca, porque eu acho que o ambiente, sempre que fala em escola, me vem algo muito vivo, movimento, trocas, conexões muito mais vivas entre vários tipos de perfis, tanto de idade quanto perfil em geral, da onde as pessoas vieram, aquela troca multicultural mesmo entre estudante, professor, técnico, essas coisas. E aqui dentro da reitoria eu não me sinto trabalhando numa escola. (E3).

Aqui no campus sim, né. Eu já tive experiência de trabalhar em reitoria em outra instituição, mas aqui no campus eu me sinto porque eu vejo aluno todo dia praticamente. Eu não estou no bloco de salas de aula, mas na sala que estou agora eu consigo ver o bloco de sala de aulas e eu enxergo os alunos entrando e saindo, então a minha rotina envolve muito os alunos. (E12).

Quando se trata de compreender quais as percepções que os comunicadores do IFC têm sobre a identidade organizacional da instituição, cabe um olhar atento sobre essas percepções acerca do ambiente escolar, uma vez que, conforme já mencionado, a identidade é também estabelecida pelo conjunto de representações que os servidores constroem sobre a instituição, o que perpassa também a questão da cultura organizacional, visto que a cultura é estabelecida a partir de significados, símbolos e ideias compartilhadas, corroborando para a construção da identidade. (ALMEIDA, 2005)

Considerando o que diz Pacheco (2015, p. 9) em que, “todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores,

técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação”, depreende-se que a resposta às questões sobre a escola são resultantes da identificação - ou desidentificação - das pessoas com a instituição, a partir da cultura organizacional instituída, proveniente das relações estabelecidas com o outro, das atividades desempenhadas enquanto servidores bem como da percepção sobre o local de trabalho em que se encontram, dentre tantos outros possíveis fatores.

Compete ressaltar a importância da percepção sobre “quem somos” enquanto instituição, uma vez que o não estabelecimento de uma identidade organizacional clara pode propiciar a propagação de uma cultura organizacional baseada apenas nos valores próprios de cada um, muitas vezes não consoante aos valores estabelecidos pela instituição. Isso pode dificultar a consolidação da identidade organizacional, uma vez que a cultura se estabelece a partir da identidade, e vice e versa.

A partir dessa compreensão, cabe pontuar também o sentimento dos comunicadores ao serem questionados sobre a contribuição de seu trabalho na elaboração da identidade e consolidação da imagem organizacional, resumidos nos trechos selecionados, como: “A maneira como eu trabalhei foi muito do fazer. Eu não conseguia pensar no meu fazer, até porque como eu tinha duas funções, eu estava em outro setor e como comunicadora, então essa parte do refletir, do planejar, eu infelizmente não tive muito essa oportunidade.” (E14).

E também

Eu não consigo sair da pilha de trabalho que eu tenho, para conseguir construir, porque eu acho que isso é uma construção também, uma identidade e uma imagem institucional da forma com que eu queria. Então nesse sentido o meu trabalho não é só subutilizado, ele é impossível, da forma com que é hoje. Se os nossos profissionais, e eu tenho certeza que em vários campi tem profissionais absolutamente capacitados para fazer essa construção, eu também sei que o fluxo de trabalho que tem e a forma com que a gente tenta dar conta de todas essas coisas inviabiliza que esse trabalho seja feito. (E16).

Por meio da comunicação é que uma instituição pode escolher e direcionar quais as mensagens que pretende transmitir a cada público de interesse, diferenciando-se das demais. De maneira que, para que isso aconteça efetivamente, é necessário consonância entre o que está sendo comunicado e o comportamento da instituição. Dito de outra forma, a comunicação faz escolhas sobre as características da identidade organizacional que pretende evidenciar e que poderão lhe garantir uma posição diferenciada, e as traduz para os públicos internos e externos. (ALMEIDA, 2005)

Para que isso realmente aconteça, é indispensável que a comunicação seja vista e

entendida pela alta administração como um setor essencialmente estratégico, propiciando alinhamento aos objetivos e metas organizacionais. Conforme exemplifica o E3, esse movimento ainda parece não acontecer com frequência no IFC:

Parece que eu só executo o que me é solicitado pra uma finalidade que muitas vezes eu nem sei qual que é. Então, eu sinto que vem algo de cima, eu executo e na maioria das vezes nem me é informado pra que aquilo vai servir, em quem aquilo vai chegar, se vai chegar, se é nos estudantes, se é nos servidores ou se é nos dois. (E3).

Conceber a comunicação como fator estratégico na divulgação dos atributos da instituição, traduzidos também na missão e nos valores do IFC, tende a propiciar a transmissão de “quem somos enquanto organização” de uma maneira autêntica e consistente, legitimando cada vez mais a identidade organizacional do Instituto Federal Catarinense.

Isto posto, observa-se que a projeção da identidade organizacional do IFC perpassa, para além da compreensão dos atributos que a compõem, mais disponibilidade de tempo, organização e distribuição das demandas e conseqüente valorização dos servidores que atuam na comunicação da instituição. As interações que se mantêm e se estabelecem com os diversos públicos, inclusive o interno, nesse caso exemplificado pelos comunicadores, determinam a capacidade da instituição em agir e alcançar seus próprios objetivos.

Assim, é pertinente que os comunicadores tenham a oportunidade de participar ativamente das etapas que envolvem os processos comunicacionais e que a comunicação seja reconhecida e sustentada pela alta administração como uma área estratégica, alinhada aos objetivos e metas propostas pela instituição, a fim de auxiliar na identificação e consolidação dos diferenciais que particularizam o IFC.

#### **4.4 Produto Educacional - Audiovisual “Mas afinal, o que é um Instituto Federal?”**

Como produto educacional, desenvolveu-se um material audiovisual que se encaixa na tipologia “material didático”, explicitada por Rizzatti *et al.* (2020). O objetivo da produção foi oportunizar o conhecimento dos principais pontos que compõem o percurso da educação profissional e educação profissional tecnológica, além de contribuir para o reconhecimento dos princípios e concepções que orientam os Institutos Federais.

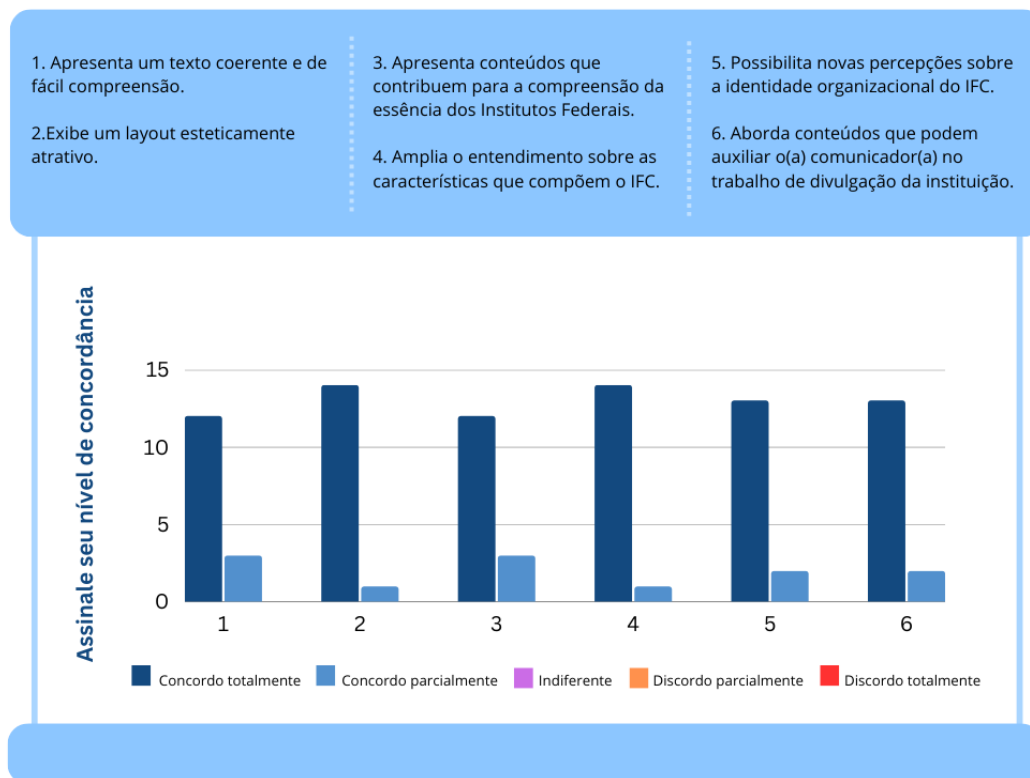
Essa versão do produto, acessível no YouTube por meio do link: [bit.ly/PEIFC](https://bit.ly/PEIFC), com roteiro disponível no Apêndice A e que pode ser visualizada [aqui](#), foi construída considerando os resultados obtidos na pesquisa. Ao identificar que os comunicadores privilegiam, no momento da divulgação, o uso de apenas alguns dos atributos do IFC, explicitado por meio do

slogan "educação pública, gratuita e de qualidade", elaborou-se um produto que aborda a concepção objetivada pelos IFs, qual seja, uma concepção de formação humana, visando à formação integral dos estudantes. O material foi produzido com o objetivo de reforçar o conhecimento sobre esses aspectos que constituem a essência da instituição.

Para sua elaboração, foram considerados os eixos que Kaplún (2003) propõe para a construção de produtos educacionais: conceitual, procedimental, atitudinal, pedagógico e comunicacional. O enredo foi escrito empregando a técnica de *storytelling*, que consiste em contar uma história utilizando uma narrativa envolvente e recursos audiovisuais. Para tanto, o texto foi elaborado em primeira pessoa, a fim de atribuir uma identidade para o IFC, criando assim um personagem. O vídeo traz um breve histórico sobre a educação profissional tecnológica e aborda as concepções e princípios trazidos pelo Documento Base da política de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio, de 2007. A escolha pela abordagem das características dos institutos federais e não especificamente do IFC foi baseada no fato de que, a partir da consulta aos documentos institucionais bem como da percepção após análise dos dados obtidos com as entrevistas, não foram identificados atributos específicos que justificassem a especificação da instituição. A partir disso, avaliou-se a pertinência da construção de um material que futuramente poderá ser utilizado por outros IFs, se assim for o caso, oportunizando também a divulgação para outros comunicadores pertencentes à Rede Federal.

A aplicação do produto foi realizada de maneira virtual. Os entrevistados receberam por e-mail um texto de apresentação, contendo uma breve explicação sobre o material e solicitando a visualização do vídeo por, pelo menos, duas vezes, uma com legenda e a outra sem. Um questionário de avaliação foi encaminhado junto com o produto, com o prazo de aproximadamente 20 dias para preenchimento. Quanto à avaliação, observa-se, no Gráfico 1, as respostas obtidas relativas ao nível de concordância com as afirmações elaboradas a partir dos eixos propostos por Leite (2018):

Gráfico 1 - Avaliação do produto educacional

**AFIRMATIVAS**

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir das respostas obtidas, observa-se resultados satisfatórios, uma vez que os níveis de concordância plena e parcial são unanimidade perante os comunicadores respondentes. Dessa maneira, é possível afirmar que o audiovisual foi considerado válido pelos seus usuários.

Após responderem as perguntas, foi disponibilizado um espaço para comentários, sugestões ou críticas. No Quadro 1, são apresentados os dados obtidos.

Quadro 1 - Avaliação descritiva do produto educacional

Utilize esse espaço para comentar sobre alguma questão específica, bem como para sugestões, críticas e/ou elogios sobre o produto educacional.
Ficou muito bom todo o resgate histórico e mais explicar de forma tão didática o que são os IFs. Parabéns pelo trabalho!
Texto muito simples e de fácil entendimento. Vídeo didático e agradável de assistir. Explicou muito bem o que são os IFs e a proposta de criação. Parabéns! Ficou incrível!

Ficou muito bom o material. Parabéns.
Material instrutivo, bem formulado e lindo. Pode auxiliar em várias questões dentro dos campi e ser aproveitado para introdução dos institutos a públicos diversos.
Este vídeo é de extrema importância para o entendimento de todos que trabalham diretamente ligados no setores de comunicação, como também para qualquer pessoa que trabalha ou se relaciona com os IF's de alguma forma.
No caso dos servidores (docentes e técnicos-administrativos), em especial, estudamos a lei de criação dos institutos para o concurso público, mas é importante destacar que uma coisa é a "lei seca", e outra é quando você começa a trabalhar na instituição e começa a entender a sua dinâmica de trabalho e a sua parte no trabalho desenvolvido por toda a instituição. Entender a importância da instituição para a sociedade brasileira e para o desenvolvimento de Santa Catarina e do país irá fazer com que as pessoas se empenhem mais nos seus trabalhos e também na divulgação da instituição, pois como é colocado na página 27 da Política de Comunicação do IFC, "no IFC, sentimentos de pertencimento e engajamento devem subsidiar todos os processos de divulgação. Entendemos que os membros da comunidade interna, estudantes, servidores e profissionais terceirizados, também podem atuar como agentes de comunicação, visto que constituem parte ativa da instituição em que atuam". Outra questão importante de ressaltar na Política de Comunicação é a de que a comunicação é um papel de todos, e não apenas dos profissionais da área, e de que "alinhada à missão, à visão e aos princípios institucionais, uma imagem institucional positiva depende do entendimento e comprometimento de todos aqueles que compõem a instituição" (pág. 34). Iniciativas como a deste vídeo, se mostram assim de grande importância, tanto para o fortalecimento da identidade do Instituto Federal Catarinense, como para a consolidação da sua imagem e reputação para a sociedade, assim como para toda a Rede Federal (no qual os Institutos Federais integram). Parabenizo a pesquisadora pelo desenvolvimento deste produto educacional!
Vídeo contribui significativamente para a compreensão de termos complexos relacionados aos Institutos Federais. Será um ótimo material para ampliar o entendimento sobre o diferencial da Rede Federal, tantas vezes confundida com as escolas de formação técnica. Parabéns pelo trabalho!
Retire a citação direta ao presidente Lula. Pode gerar desconforto em uma parcela da população.
A qualidade do material é, realmente, extraordinária.
Adorei o vídeo! Ficou excelente o texto e as ilustrações perfeitas. Só estou em dúvida sobre a ênfase na figura do Lula, pois isso pode causar rejeição ao material todo, infelizmente. Temo que a pessoa saia do vídeo nessa parte, porque para uma parcela significativa ele desperta rejeição imediata. Sem querer puxar a brasa para o meu assado, eu acrescentaria o nome dos campi, porque acho que isso conectaria mais com o público (que estão concretamente nos campi). Mas são apenas detalhes. No geral, eu amei ver um vídeo assim, nunca tivemos nada parecido no IFC e não vejo a hora de poder compartilhar esse vídeo nas nossas redes. Parabéns!
O material ficou maravilhoso. Didático, visualmente incrível e de uma qualidade estética e de conteúdo sensacionais.
Trabalho excelente! O vídeo ficou de fácil compreensão, didático e agradável de assistir. Parabéns!!

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme observa-se no Quadro 1, as avaliações argumentam a favor do material compartilhado. Comentários ressaltando a importância do audiovisual para compreensão dos

termos relacionados aos IFs bem como sobre a importância que o produto tem para os servidores que trabalham diretamente ligados aos setores de comunicação, referendam a validade da narrativa e a maneira que foi organizado e disponibilizado o conteúdo.

Uma preocupação sinalizada diz respeito à figura do presidente Lula. Dois entrevistados sugerem que o uso da imagem seja repensado, a fim de evitar que as pessoas deixem de assistir o vídeo ou, conforme esclarece um respondente, a visualização da cena “pode gerar desconforto em uma parcela da população”. Como o trecho constitui uma abordagem histórica e não partidária, considerou-se pertinente que tanto a figura quanto à menção ao presidente fossem mantidas. Além do que, trata-se de uma pesquisa que se insere na linha “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, considerando assim a importância histórica que o fato em si contempla, para além do momento político que o país vivencia.

O produto educacional proposto (roteiro disponível no Apêndice A), representa uma alternativa para os comunicadores se apropriarem das informações relativas aos princípios e concepções que orientam os Institutos Federais, apresentado como mais um material para contribuir no reconhecimento e estabelecimento da identidade organizacional do IFC.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o objetivo deste estudo tenha sido a percepção dos comunicadores sobre a identidade organizacional do IFC, ao longo da pesquisa também foi possível perceber o sentimento dos comunicadores ao desempenhar suas funções, bem como sinalizar sobre a importância da comunicação como setor estratégico na consolidação da identidade da instituição.

Os resultados demonstram que os comunicadores conhecem, de maneira geral, as concepções que orientam a criação dos institutos federais, entretanto, esses conceitos não parecem consolidados enquanto componentes da identidade organizacional do IFC. Assim, foi possível identificar que os entrevistados estabelecem relações entre os conceitos referenciados e a instituição, contudo, ainda percebem como desafiador traduzir em expressões o que é e o que constitui o IFC.

A pesquisa também indicou que a compreensão sobre as características que compõem o IFC são muito semelhantes entre os comunicadores, sejam eles concursados ou não para o cargo de comunicação, permitindo, desse modo, a análise das entrevistas de modo geral, sem que fosse necessária uma divisão.

Outro ponto a ser destacado é sobre o produto educacional, aplicado com os servidores responsáveis pelos setores de comunicação participantes da pesquisa. Após a avaliação, percebeu-se que o material foi bem avaliado e que ele pode contribuir para a compreensão sobre os principais pontos que compõem o percurso da educação profissional e educação profissional tecnológica, além de auxiliar os comunicadores no reconhecimento dos princípios e concepções que orientam os Institutos Federais.

Verificou-se também que as palavras utilizadas para fazer referência aos Institutos Federais, de maneira geral, acabaram sendo semanticamente parecidas àquelas usadas para descrever o IFC. Assim, não foi possível pontuar diferenças consideráveis em termos de atributos que possam evidentemente diferenciar o que constitui o IFC e o que o difere de outros Institutos Federais.

Entende-se que os comunicadores têm conhecimento de que a educação ofertada no âmbito do instituto abrange a formação humana integral, com vistas à preparação pro mundo do trabalho, entretanto, tais características ainda não são amplamente utilizadas para comunicar sobre a instituição, sendo que o principal atributo destacado ao divulgar o IFC refere-se ao conceito de “educação pública, gratuita e de qualidade”.

Por fim, em resposta à questão que norteou esta pesquisa, pode-se afirmar que,

segundo a percepção dos entrevistados, as três concepções que perpassam a educação profissional e tecnológica, quais sejam: a assistencialista, a de formação de profissionais de acordo com as expectativas do setor produtivo e a que prioriza a formação humana integral, fazem parte, com maior ou menor evidência, das características que compõem o IFC. A partir da análise dos dados obtidos torna-se possível dizer que a concepção que abrange a formação de profissionais de acordo com as expectativas do setor produtivo é a que aparece de maneira mais evidente na fala dos entrevistados, seguida pela que prioriza a formação humana integral e, com menos ênfase, surge a que detém um viés assistencialista.

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que os objetivos e a problemática desta pesquisa foram atingidos. Dada a relevância do tema sobre identidade organizacional e a importância de sua percepção e seu estabelecimento para o IFC, faz-se conveniente apontar uma oportunidade que pode ser explorada em estudos futuros. Um caminho possível seria investigar como a identidade pessoal e a identidade social se relacionam e influenciam no estabelecimento da identidade organizacional.

## REFERÊNCIAS

- ALBERT, S.; WHETTEN, D. A. Organizational Identity. In: CUMMINGS, L. L.; STAW, B. M. (orgs.). *Research in organizational behavior*. Greenwich: Jay Press, v. 7, 1985, p. 263-295.
- ALMEIDA, Ana Luisa de Castro. A construção de sentido sobre “quem somos” e “como somos vistos”. In: MARCHIORI, Marlene. *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008. p. 31-50.
- ALMEIDA, Ana Luisa de Castro. A Influência da identidade projetada na reputação organizacional. 2005. 361 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional: uma reflexão possível a partir do Paradigma da Complexidade. In: OLVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira (Org.). *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul - SP: Difusão, 2008, p. 149 -177.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2010, 229 p.
- BRANDÃO, E. P. (2012). Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.), *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público* (pp. 1-34). São Paulo: Atlas.
- BRASIL. Ministério da Educação/SETEC. *Rede Federal*. Brasília: MEC, 2023.
- CAPES. Diretoria de Avaliação. Documento de área 2019. Área de avaliação: Ensino. 2019. [S.I]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 01 de mar. de 2023.
- CEZAR, Layon Carlos. *Comunicação e marketing no setor público: diferentes abordagens para a realidade brasileira*. Brasília: Enap, 2019.
- ESCOTT, Clarice Monteiro. Educação Profissional e Tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. *Revista de Educação Pública*, v. 29, p. 1-16, jan./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.29286/rep.v29ijan/dez>.
- FASCIONI, Lígia. *DNA empresarial: identidade corporativa como referência estratégica*. São Paulo: 2010. 168 p.
- FERREIRA, Dôuglas Aparecido. O uso estratégico da identidade, imagem e reputação organizacional: contribuição da comunicação sobre as possibilidades e desafios dessa prática. *ForScience: revista científica do IFMG, Formiga*, v.6, n.3, e00429, jul./dez. 2018.
- FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In:

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. 3ed. São Paulo: Cortez: 2012. p. 21-56.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). Sobre o IFC. 2023a. Disponível em: <http://ifc.edu.br/institucional/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023. 2023b. Disponível em: <https://pdi.ifc.edu.br/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. Comunicação & Educação, São Paulo, n. 27, p. 46–60, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 01 ago. 2023.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento das Relações Públicas na Comunicação Integrada. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. In: Marchiori, M. (org) Faces da cultura e da comunicação organizacional. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008, p.167-190.

LEITE, P. S. C. Produtos educacionais em Mestrados Profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ), 7., 2018, Fortaleza. Atas CIAIQ, Fortaleza, 2018. p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 01 ago. 2023.

LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

MACHADO, Hilka Vier. Identidade Organizacional: um estudo de caso no contexto da cultura brasileira. RAE-eletrônica, vol. 4, num. 1, enero-julio, 2005. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, Brasil.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, Ano 23, Vol. 2 - 2007. p. 04-30.

NASSAR, Paulo. A comunicação como valor estratégico. In: MARCHIORI, Marlene. Faces da cultura e da comunicação organizacional. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008. p. 241-251.

PACHECO, Eliezer Moreira. Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais, IFRN, 2015.

PACHECO, Eliezer Moreira. (2020). DESVENDANDO OS INSTITUTOS FEDERAIS: IDENTIDADE E OBJETIVOS. *Educação Profissional E Tecnológica Em Revista*, 4(1), 4-22. <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>

PADOIN, Egred.; AMORIM, Mário Lopes. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. Anais.... Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. p. 14.

RAMOS, M. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. Trabalho, Educação e Saúde, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 545-558, nov. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1981-77462007000300013>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/13.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

RIZZATTI, I. M. et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pósgraduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657/7658>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de Comunicação: organizacional e política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JR, Antonio de Souza. A Educação profissional no Brasil. *Interações*, Santarém. v. 12, n. 40, p. 152-169, 2016.

WHETTEN, David A. Albert and Whetten revisited: Strengthening the concept of organizational identity. *Journal of management inquiry*, v. 15, n. 3, p. 219-234, 2006.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A partir do desenvolvimento da pesquisa intitulada “Quem somos: percepções dos comunicadores do Instituto Federal Catarinense sobre a identidade organizacional da instituição” vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), construiu-se o produto educacional “Mas afinal, o que é um Instituto Federal?”.

O produto educacional produzido se enquadra na categoria de material didático da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e representa uma alternativa para os comunicadores se apropriarem das informações relativas aos princípios e concepções que orientam os Institutos Federais, apresentado como mais um material para contribuir no reconhecimento e estabelecimento da identidade organizacional do IFC.

Link para o produto educacional: <https://www.youtube.com/watch?v=0OtwiWhMCx8>

### Texto do roteiro do audiovisual “Mas afinal, o que é um Instituto Federal?”

No dia em que eu nasci, disseram que eu era uma inédita política educacional pública, mas confesso que eu não entendi muito bem. Então quem estava na sala me explicou: eu não era nem universidade, nem escola técnica. Eu nasci com uma estrutura educacional única, capaz de formar um estudante para uma profissão e também capacitá-lo para compreender o mundo do trabalho a partir da articulação da ciência, da cultura, do trabalho e da tecnologia.

Eu vim ao mundo no finalzinho de dezembro de 2008, mais especificamente no dia 29, e quem garantiu minha chegada foi um cara conhecido como Lula, que, historicamente, foi eleito três vezes presidente do Brasil. Foi ele quem assinou a lei 11892 e me fez sair do papel. E eu não vim sozinho não, junto comigo nasceram outros tantos irmãos.

Já que comecei, vou logo me apresentar: me chamo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, mas você pode me chamar de Instituto Federal Catarinense ou simplesmente IFC. Eu ainda sou bem jovem, mas minha história começou a ser escrita faz muito tempo.

Pra falar de mim, preciso falar sobre educação profissional. E essa história pode ser contada a partir da chegada da família real portuguesa no Brasil, no ano de 1807. Nesse período, foi criado o Colégio de Fábricas, uma instituição que tinha como função tirar das ruas os meninos desvalidos da sorte, geralmente garotos pobres e órfãos, para ensinar as primeiras

letras e um trabalho, como carpintaria ou sapataria. Eles pensavam que assim conseguiriam impedi-los de causar qualquer transtorno na sociedade.

Depois disso, várias outras escolas com essa mesma finalidade foram criadas, todas elas privadas. Até que em 1889 veio a proclamação da república e aí a educação passou a ocupar outro papel. Durante esse período, além de livrar o cidadão da ignorância e das superstições, ela também tinha a função de profissionalizar os trabalhadores, pois os processos de urbanização e industrialização já se iniciavam no Brasil.

Para seguir contando minha história, eu vou falar também sobre as Escolas de Aprendizes Artífices. Elas surgiram em 1909 e quem as criou foi Nilo Peçanha, que era presidente do país na época. Por oferecer ensino gratuito e profissionalizante, essas instituições são consideradas as precursoras das escolas técnicas estaduais e federais.

Aí veio a década de 1930 e o Brasil viveu um surto de industrialização, em grande parte por conta da Segunda Guerra Mundial. Para atender às novas demandas, foi preciso capacitar operários e foi então que mais escolas industriais foram criadas. Esse período é lembrado por ser um marco de formação de profissionais de acordo com as expectativas do setor produtivo.

Em resumo, vou te falar: muita coisa aconteceu no meio do caminho e a educação profissional passou por várias mudanças até chegar nos dias atuais. Outras escolas foram criadas, cursos profissionalizantes e de ensino superior tiveram início, dispositivos legais foram regulamentados e o ensino médio foi formulado e reformulado várias vezes. Tudo isso, claro, alinhado aos interesses econômicos e políticos de cada época.

Eu também preciso te contar algo que é parte essencial na minha história. É sobre uma característica que acompanha a educação brasileira desde o começo: a dualidade educacional. Sabe a educação propedêutica, aquela que tem caráter acadêmico? De maneira geral, a tendência no Brasil sempre foi disponibilizá-la aos filhos da elite, de olho na formação dos dirigentes. E pra classe trabalhadora, quando existe a oferta de ensino formal, normalmente a educação é profissional, centrada no conhecimento prático sobre como fazer determinada tarefa e na aquisição dos processos de trabalho.

E é aí que entra aquele cara que falei lá no início. Em 2003, ele assumiu a presidência com a promessa de viabilizar uma educação unitária e universal para todos. E, para isso, chamou para fazer parte do Ministério da Educação diversas pessoas com um mesmo objetivo: superar a dualidade entre cultura geral e cultura técnica. A intenção era que a escolha pela educação profissional pudesse acontecer somente a partir dos 18 anos ou mais.

Mas infelizmente não deu certo, porque a maioria dos jovens não pode esperar até os 20 anos pra começar a trabalhar, já que precisam de uma fonte de renda para sobreviver. Aí a alternativa foi pensar numa solução transitória para isso, um ensino médio que garantisse a

totalidade da educação básica junto com uma formação profissional, integrando ciência, tecnologia, cultura e trabalho.

E assim, em meio a muitas discussões sobre a implementação de novas políticas públicas, tendo como base um projeto estratégico de construção de cidadania, é que eu e meus irmãos nascemos. A educação profissional e tecnológica surgiu como uma possibilidade para que os estudantes tivessem uma formação ampla e integral, ultrapassando a ideia de educação profissional como mero treinamento para o mercado.

E para compreender melhor esse projeto inédito que somos, é importante conhecer as concepções que orientam nossa criação. Vem que eu vou te contar sobre cada uma delas.

Podemos começar falando sobre formação humana integral. Aliás, esse conceito é muito interessante, porque sugere abandonar a ideia de ser humano fragmentado, que ou só pensa ou só executa. A formação humana integral compreende um desenvolvimento completo, a união entre o conhecimento geral e o conhecimento profissional, onde é possível aprender as bases da ciência, como química e matemática, por exemplo, e como isso pode ser aplicado no dia a dia. Quando a educação é tratada assim, como uma formação completa, o estudante pode decidir de maneira crítica o papel que quer desempenhar na sociedade, seja ele o de trabalhador ou o de dono da empresa.

Outro ponto importante é sobre o conceito de trabalho. E aqui eu estou falando do trabalho como princípio educativo, não apenas como emprego. Compreender o trabalho como princípio educativo significa dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, pode se apropriar dela e transformá-la para benefício da sociedade. É a partir do trabalho que o ser humano elabora sua existência. Além do que, a gente não pode esquecer que o trabalho também garante a sobrevivência das pessoas, pois possibilita a produção de renda para a satisfação de suas necessidades.

A diferença é que quando ele é entendido sob a perspectiva de integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização deixa de ser apenas o “saber fazer” para atender o mercado, e é compreendida a partir de valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos. Aí, dessa maneira, formar profissionalmente passa a não ter a ver com preparar exclusivamente para um ofício, e sim com habilitar os estudantes para serem trabalhadores críticos, conscientes e atuantes na sociedade em que vivem. Ou seja, é proporcionar uma formação voltada para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho.

É indispensável que você saiba também que, na minha concepção, a formação humana deve ser inseparável das categorias trabalho, ciência, cultura e tecnologia. E sabe por quê? Veja só: eu entendo o trabalho como a mediação entre homem e natureza, pois ele a transforma em benefício da sociedade. Aí, ele sistematiza todo esse conjunto de conhecimentos adquiridos, fruto do trabalho e produzidos historicamente, e temos a ciência. Quando a ciência é aplicada, convertida em força produtiva, chamamos de tecnologia. Sendo que a



tecnologia, quando utilizada para otimizar a vida contemporânea ou para os benefícios dos processos industriais, orienta-se também a partir da cultura, entendida aqui como o reflexo do modo de vida de uma determinada população. Tudo interligado, não é mesmo? Em resumo, podemos dizer que uma formação integrada não possibilita somente conhecimentos científicos, mas também proporciona reflexões críticas sobre os padrões culturais da sociedade.

Dentre esses conceitos que eu falei, que são fundamentais para compreender a minha institucionalidade, tem também a pesquisa como princípio pedagógico. Essa ideia se refere a instigar no estudante a curiosidade sobre o mundo que o cerca, para que ele busque respostas e não aceite somente uma visão de mundo, proporcionando, com isso, autonomia intelectual, conscientização e autonomia também diante do trabalho. Isso contribui para o desenvolvimento das capacidades de cada um em interpretar, analisar, criticar e repensar conceitos ao longo da vida, em busca de soluções e propostas inovadoras. Aliás, eu acho que a pesquisa como princípio pedagógico deveria estar presente em todas as fases da escola daqueles que vivem ou viverão a partir do próprio trabalho.

Existe ainda um conceito que tem o nome mais elaborado, que se chama relação parte-totalidade no currículo. Essa ideia fala sobre a integração entre os conhecimentos gerais e os específicos. Por exemplo, quando um estudante participa de um curso técnico integrado ao ensino médio, os conhecimentos específicos de uma área podem não ser suficientes para que ele tenha compreensão global da realidade, sendo necessários também os conhecimentos gerais. E o inverso também acontece: se ele conhece apenas os conhecimentos gerais, isso pode soar muito abstrato, se resumindo apenas em conceitos e teorias sem qualquer significado, pois não estão vinculados a problemas reais.

E onde é que está o currículo nisso? É ele quem organiza o conhecimento e o processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que os conceitos sejam elaborados a partir de uma totalidade concreta, a qual se pretende explicar ou compreender.

Pra resumir, podemos pensar assim: a relação parte-totalidade na proposta curricular é a integração dos conhecimentos gerais com os específicos, tendo como objetivo uma compreensão global e total da realidade que está sendo estudada, com o fenômeno analisado em todas suas dimensões: sociais, econômicas, ambientais, políticas, técnicas e culturais.

São diversos conceitos, não é? E pra não perder de vista nenhum deles, que tal retomar todos os princípios que fazem parte de minha concepção? Vamos lembrar: Formação humana integral; Trabalho como princípio educativo; Trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana; Pesquisa como princípio pedagógico; e Relação parte-totalidade na proposta curricular.

Como você já deve ter percebido, eu e meus irmãos nascemos com um desafio e tanto: desenvolver e aprimorar todas essas características para, a partir delas, formar estudantes

conscientes e críticos de sua realidade; pesquisadores habilitados para questionar o mundo em que vivem e como ele se organiza; trabalhadores aptos para atuar e ocupar diversos espaços nas esferas sociais; e cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa.

Quem sabe um dia a gente não consiga de fato implementar uma educação unitária, que não separa os conhecimentos gerais dos conhecimentos profissionais e que forma integralmente os estudantes em todos os seus aspectos, valorizando todas as suas potencialidades?

No dia em eu nasci, disseram que eu era uma inédita política educacional pública. E, quer saber? Eu tenho muito orgulho disso.

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COMUNICADORES**

1. Para você, o que caracteriza uma escola?
2. Trabalhando no IFC, você se sente trabalhando em uma escola? Como essa percepção interfere no seu trabalho?
3. Você se sente educador ao desempenhar sua função de comunicador na instituição? Por gentileza, você poderia explicar?
4. Quando pensa em Institutos Federais, quais palavras ou expressões vêm a sua mente?
5. O que você compreende por formação humana integral?
6. Formação para o mundo do trabalho: o que isso significa para você?
7. Na sua opinião, qual o papel social que os Institutos Federais desempenham?
8. Antes de trabalhar no IFC, você já conhecia a instituição? Caso sim, qual a percepção que você tinha?
9. Na sua opinião, de que maneira o IFC contribui para o desenvolvimento local e regional?
10. No desempenho de suas funções enquanto comunicador, quando você se refere ao IFC, quais são os atributos mencionados?
11. Qual(is) documento(s) você utiliza quando precisa se informar sobre a concepção (essência) do IFC?
12. De maneira geral, você consegue identificar o que a sociedade espera encontrar no IFC?
13. O que você entende por identidade organizacional? E por imagem organizacional?
14. Você acha que o teu trabalho contribui para a elaboração da identidade e consolidação da imagem institucional? De que maneira?

15. Para você, enquanto comunicador, o que diferencia a comunicação do IFC para uma comunicação de outra instituição? O que você acha que faria diferente se estivesse trabalhando na comunicação de uma instituição que não fosse o IFC?
16. A partir da sua percepção, como é ser comunicador no IFC?
17. Quando você busca materiais informativos, que tipo você prefere? Exemplo: vídeos, livros, artigos, podcasts, infográfico, etc

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Estimado(a) comunicador(a)!

Você gentilmente participou da primeira etapa da pesquisa intitulada “**Quem somos: percepções dos comunicadores do Instituto Federal Catarinense sobre a identidade organizacional da instituição**”, que consistiu em responder a uma série de questões sobre o assunto. Agora pedimos novamente a sua colaboração para avaliar o produto educacional intitulado “**Mas afinal, o que é um Instituto Federal?**”, construído, também, com base nos resultados obtidos a partir das respostas de cada entrevistado(a). Para uma experiência mais rica, considere assistir pelo menos duas vezes o vídeo, uma sem legenda e a outra com as legendas automáticas ativadas. O material está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0OtwiWhMCx8>

Ao concluir, gostaríamos de saber suas percepções sobre esse produto educacional. Para tanto, assinale o seu nível de concordância com cada uma das afirmações abaixo descritas:

1. Apresenta um texto coerente e de fácil compreensão.
2. Exibe um layout esteticamente atrativo.
3. Apresenta conteúdos que contribuem para a compreensão da essência dos Institutos Federais.
4. Amplia o entendimento sobre as características que compõem o Instituto Federal Catarinense.
5. Possibilita novas percepções sobre a identidade organizacional do Instituto Federal Catarinense.
6. Aborda conteúdos que podem auxiliar o(a) comunicador(a) no trabalho de divulgação da instituição.

---

Utilize esse espaço para comentar sobre alguma questão específica, bem como para sugestões, críticas e/ou elogios sobre o produto educacional.

## APÊNDICE D – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Prezado(a) comunicador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “*Quem somos: percepções sobre a identidade organizacional do Instituto Federal Catarinense*”, desenvolvida por Rafaela Zorzetto de Camargo, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - Polo Blumenau (ProfEPT). A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”, no Macroprojeto “4 - História e memórias no contexto da EPT”, com orientação da professora Dra. Denise Fernandes e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFC (CEPSH).

O objetivo central do estudo é compreender o entendimento que os comunicadores da instituição têm sobre a identidade organizacional do Instituto Federal Catarinense. Pretende-se, a partir das respostas e análise dos dados, elaborar um produto educacional, abordando os principais conceitos e termos relativos às áreas de Trabalho, Educação e Comunicação, a fim de contribuir para os processos de comunicação da instituição.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se da ferramenta virtual de comunicação Google Meet, respeitando as orientações de distanciamento em relação à pandemia de Covid-19, com os servidores que respondem ou responderam pelos setores de comunicação da reitoria e dos campi do IFC no período de 2018 a 2022.

O roteiro de entrevista será baseado em 4 grandes temas, quais sejam: escola, educação profissional e tecnológica, identidade e imagem institucional e atividades de comunicação, com as perguntas agrupadas de acordo com a finalidade dos dados que se pretende obter.

Caso concorde em fazer parte desta pesquisa, sua participação consistirá em responder algumas perguntas à pesquisadora do projeto. A entrevista será gravada e terá duração aproximada de uma hora. Todas as entrevistas serão transcritas e armazenadas em um arquivo digital, qual seja, um HD externo pertencente à pesquisadora, sendo acessado exclusivamente pela estudante e sua orientadora. O material será armazenado no arquivo digital pelo tempo máximo de 5 anos, sendo completamente destruído após o término deste período.

Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, garantindo assim a confidencialidade e privacidade das informações por você

prestadas. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, de modo que sua colaboração não incluirá qualquer ônus ou retribuição financeira, tendo resguardado seu direito em não responder qualquer questão da entrevista, sem necessidade de justificativa ou explicação para tal, de maneira que isso não configura um impeditivo para seguir respondendo o questionário. Além do que, você pode abandonar o grupo a qualquer momento, sem prejuízos acadêmicos ou financeiros e sem apresentar qualquer justificativa, sendo necessária apenas a comunicação da desistência à pesquisadora. Em qualquer tempo, você poderá solicitar à pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre o estudo, o que poderá ser feito por meio dos endereços de contato explicitados neste Termo.

Como em toda ação humana, esta pesquisa, considerando sua participação na entrevista, também conta com alguns possíveis riscos, quais sejam: cansaço ou aborrecimento ao responder as perguntas da entrevista; uso do seu tempo para responder à entrevista; desconforto, sentimento de coação, constrangimento ou alterações de comportamento ao realizar a gravação de áudio e vídeo; alterações de visão de mundo em razão de reflexões acerca de seu papel profissional; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias; quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional.

Na tentativa de diminuir as chances desses riscos serão tomadas as seguintes providências: liberdade para não responder questões que você julgar constrangedoras; pesquisadora atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto e incômodo, respeitando sua dignidade e sua liberdade; e seguridade de acesso aos resultados individuais e coletivos. Serão tomadas todas as providências para a manutenção do sigilo e, caso mesmo assim ocorra a quebra involuntária e não intencional da confidencialidade, as consequências serão tratadas nos termos da lei. A pesquisadora inteirou-se sobre a política de privacidade da ferramenta para realização da entrevista, a qual garante a proteção de privacidade e cumprimento às leis de proteção de dados. Além do que, a pesquisadora se compromete a adotar, em todas as etapas da pesquisa, os cuidados necessários para mitigar os riscos acima elencados, em conformidade com os termos da Resolução CNS 510/2016 e com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do IFC (CEPSH-IFC).

A legislação brasileira não permite que o participante tenha qualquer compensação financeira pela participação em uma pesquisa, entretanto, você será ressarcido caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer. De maneira que, caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência desta pesquisa, você também poderá solicitar indenização, em conformidade com a legislação vigente.

Os benefícios da pesquisa se apresentam de maneira direta e indireta aos participantes, sendo que, de maneira indireta, considera-se positivo o acesso ao panorama geral sobre as percepções tecidas pelos comunicadores da instituição acerca dos assuntos abordados. Além disso, os resultados do estudo podem fornecer ferramentas para elaboração de uma comunicação cada vez mais assertiva. Em relação aos benefícios diretos, é possível que você perceba alterações em sua visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos, a partir de reflexões acerca de sua trajetória profissional e do papel da comunicação na instituição, bem como possibilidade de elevação de autoestima, em consequência da importância do seu relato para a pesquisa.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em eventos e/ou revistas científicas, por meio de artigos científicos, contemplando apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, formação ou qualquer outra informação relacionada à sua privacidade.

Contato das pesquisadoras:

Rafaela Zorzetto de Camargo

E-mail: [rafaela.zorzettodecamargo@gmail.com](mailto:rafaela.zorzettodecamargo@gmail.com)

Denise Fernandes

E-mail: [denise.fernandes@ifc.edu.br](mailto:denise.fernandes@ifc.edu.br)

Em concordância com a participação nesta pesquisa, as pesquisadoras entrarão em contato com você para agendar uma data e horário para entrevista, sendo posteriormente enviado um questionário de avaliação do produto educacional desenvolvido. Guarde cuidadosamente em seus arquivos uma cópia desse documento eletrônico, pois trata-se de um material que contém importantes informações de contato e que garante os seus direitos enquanto participante da pesquisa.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC), sob CAAE nº 53120821.0.0000.8049. O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico [cepsh@ifc-camboriu.edu.br](mailto:cepsh@ifc-camboriu.edu.br)